

33% do ônus sobre o salário mínimo

# Trabalhadores foram os mais sacrificados no pacote da Fazenda

Rovena Rosa - ABr



“O BC assiste de braços cruzados a especulação do dólar, crime contra o país”, diz Gleisi

A deputada federal Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, denunciou na sexta-feira (29), em suas redes sociais, o crime que está sendo cometido pelo chamado “mercado”, leia-se, meia dúzia de monopólios financeiros, contra o país ao atacar a moeda nacional e fazer disparar o dólar. “O Banco Central de Campos Neto não fez nada para conter a especulação desencadeada desde ontem que já levou o dólar a R\$ 6”, denunciou a deputada. **P. 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

**Brasil corta no social, mas paga R\$ 869 bi só de juros em 12 meses**

A essência do pacote “é, realmente, o corte em cima dos mais pobres... um terço, nada menos que um terço, recai sobre a mudança de regra no reajuste do salário mínimo”, escreve Carlos Lopes, em artigo que apresenta os números do documento apresentado pela

Fazenda. Para o economista Nilson Araújo, a Faria Lima “não está satisfeita com os R\$ 869,3 bilhões de juros que recebeu do governo nos últimos 12 meses até outubro” e nem com as propostas da Fazenda. As medidas foram condenadas também pelas Centrais Sindicais e vários outros economistas. **Página 2**

## PF: comandantes do Exército e FAB rechaçaram o golpe de Bolsonaro

AFP



O relatório final da PF sobre a trama golpista detalha o depoimento de ex-comandantes das Forças Armadas onde eles relataram terem sido apresentados a um plano de golpe pelo então presidente Jair Bolsonaro. Os depoimentos revelam também a resistência dos comandantes do Exército, o golpe teria se concretizado. “Freire Gomes, disse que caso [Bolsonaro] tentasse tal ato teria que prender o presidente da República”, relatou. **Pág. 3**

**Vice Braga Netto aprovou plano de assassinar Lula, Alckmin, Moraes**

Mais uma novidade escabrosa pulula do relatório da PF (Polícia Federal), tornado público na terça-feira (26), e revela detalhes sobre o envolvimento do ex-ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, então candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro (PL), nas eleições de 2022, em criminoso plano denominado “Punhal Verde Amarelo”. **Pág. 3**

**Corte de R\$ 42,3 bilhões no Fundeb ameaça expansão do ensino integral**

O pacote fiscal anunciado pela Fazenda afeta diretamente orçamento do Ministério da Educação com a previsão de cortar R\$ 42,3 bilhões da verba destinada ao Fundeb. O corte coloca em xeque uma das principais promessas de campanha do presidente Lula: a expansão do ensino em tempo integral para estudantes do ensino básico brasileiro. **P. 4**

**Bombardeio de Israel mata 47 palestinos em 24 horas**

As forças de ocupação israelenses realizaram mais três massacres contra famílias da Faixa de Gaza, sábado (30), em bombardeios que ocasionaram a morte de ao menos 47 palestinos e ferimentos em outros 108, segundo relatórios médicos. **Pág. 6**

**‘Derrotaremos os bandos terroristas’, afirma Al Assad, presidente da Síria**

“A Síria vai derrotar e destruir os bandos terroristas. Continua a defender sua estabilidade e integridade territorial diante de todos os tipos de terroristas”, afirmou o presidente sírio, Bashar Al Assad, no sábado (1), em conversa telefônica com o presidente dos Emirados Árabes, sheikh Mohammed bin Zayed. As declarações do presidente sírio foram proferidas depois que o bando terrorista Hayat Tahrir al-Sham atacaram posições no território sírio, incluindo a cidade de Alepo. **Pág. 6**

## Greve geral na Itália contra o corte de gastos sociais

Em repúdio à proposta de orçamento para 2025 do governo da primeira-ministra fascista Giorgia Meloni, que corta os gastos com a saúde, a educação e os programas sociais, além de espremer os municípios e os servidores públicos, a Itália parou na sexta-feira (29) por oito horas, em greve geral convocada pelas duas principais centrais italianas, a CGIL e a UIL, e por centrais de base, como a Cub. Manifestações em mais

de 40 cidades italianas congregaram 500 mil pessoas. As centrais anunciaram 70% de adesão, incluindo paralisações na Aciaria Itália de Gênova, na Pirelli de Torinese, na Italcementi de Brescia, na Heineken de Taranto, na ISAB de Siracusa e na Electrolux de Pordenone. 108 voos foram cancelados pela Ita (a sucessora da Alitalia, e que deverá se fundir com a Lufthansa). **Página 7**



Centrais condenam cortes no abono e salário mínimo



## Pelo fim do arcabouço fiscal, por Paulo Kliass

“Lula deve ter plena consciência dos efeitos nefastos que tal estratégia de insistir na tese da austeridade fiscal pode provocar para o País e para a avaliação popular da segunda metade de seu terceiro mandato”

Alguns dos problemas mais graves que vêm afetando a sociedade brasileira ao longo das últimas décadas podem ser condensados em um binômio de natureza bastante perversa: a desindustrialização combinada à financeirização. Ao contrário do que afirmam aqueles que defendem o ocorrido, não se trata de um processo natural e inevitável, decorrente apenas de uma tendência geral observada em quase todos os países do mundo. A forma como o fenômeno tomou corpo no Brasil demonstra que foi algo estimulado e induzido a partir de decisões tomadas no âmbito do aparelho de Estado e que foram implementadas sob a forma intencional de políticas públicas devastadoras.

O movimento de redução do espaço do setor que mais produzia valor agregado tornou-se viável a partir da liberalização generalizada das importações, que teve início em 1990 com o governo Collor. A abertura comercial ampla de forma unilateral e sem um programa que estabelecesse a exigência de contrapartida dos países parceiros comprometeu de forma aguda a capacidade de concorrência da indústria brasileira. Além disso, a prática de uma política cambial sem intervenção governamental – a conhecida ilusão neoliberal nas tais das forças de mercado – levou a processos de valorização da moeda brasileira de forma artificial e irrealista, agravando ainda mais a sobrevivência do setor secundário nacional.

O processo de aprofundamento da financeirização tem lugar ao longo de período semelhante ao caso anterior. A hegemonia consolidada do sistema financeiro se beneficia também de decisões implementadas no âmbito da institucionalidade da política econômica na administração pública federal. Esse foi o caso da recusa sistemática do Banco Central (BC) em cumprir com suas funções precípua de órgão responsável pela regulação e fiscalização do sistema bancário e financeiro. Assim, ao longo de décadas a sociedade assistiu de forma passiva à permanência de mecanismos de espoliação da grande maioria da população por agentes econômicos do financiamento, por meio de “spreads” elevadíssimos, de tarifas escorchantes e de práticas de cartel por parte dos grandes bancos. Por outro, a manutenção da taxa oficial de juros em patamares estratosféricos praticamente inviabilizava qualquer empreendimento no campo produtivo. O custo financeiro tornava proibitivo esse tipo de iniciativa no setor real da economia.

### DESINDUSTRIALIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E OS RISCOS DO ARCABOUÇO FISCAL

Os dois casos acima descritos deveriam servir como alerta para que seja construída de forma urgente uma barreira à continuidade de outro processo igualmente prejudicial – a permanência ao longo de décadas de medidas de austeridade fiscal. Esta se apresenta também sob a forma de uma narrativa enganosa, em que haveria uma necessidade inelutável de redução dos níveis de despesas públicas observadas em nosso País. Seja pelo lado de um combate a um “setor público gastador” por natureza, seja pelo discurso catastrofista de uma quebra iminente do Estado por conta de níveis elevados do déficit e do endividamento, o fato é que a solução sempre se apresenta por meio da faceta reducionista.

A saga empreendida pelos representantes do financiamento em prol da austeridade fiscal remonta à crise da dívida externa da década de 1980. Ali tem início a implementação de medidas concretas daquilo que depois passou a ser conhecido como Consenso de Washington. A tríade composta por orientação para a liberalização generalizada das economias, propostas de privatização das empresas estatais e medidas de austeridade fiscal atravessa os continentes e fixa raízes profundas também em nossa terra. Ainda com certo atraso, no ano de 2000 o governo Fernando Henrique Cardoso promove a introdução de uma peça estratégica em nossa estrutura institucional e legal das finanças públicas: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por meio da Lei Complementar nº 101. Os princípios da austeridade passam a fazer parte das regras jurídicas.

Continua: <https://horadopovo.com.br/pelo-fim-do-arcabouco-fiscal-por-paulo-kliass/>

\* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

# O que são os cortes do sr. Haddad



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião na Febraban

## Trabalhadores foram os mais sacrificados no pacote de Haddad, por Nilson Araújo

“A proposta de Haddad implicaria numa economia de cerca de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos e de R\$ 328 bilhões até 2030, montante que poderia ser suprido pelo corte das despesas financeira e tributária”

NILSON ARAÚJO DE SOUZA\*

A Faria Lima não se deu por satisfeita. Querida e quer mais. Não está satisfeita com os R\$ 869,3 bilhões de juros que recebeu do governo nos últimos 12 meses até outubro e nem com as medidas propostas pelo ministério da Fazenda. Quer escalar o trabalhador e a trabalhadora para atender seu objetivo maior: locupletar-se cada vez mais. Por meio de seus ventríloquos na mídia e a pressão sobre o dólar, pressiona o governo Lula a tirar o povo do orçamento, desvinculando do salário mínimo as aposentadorias e pensões, o Benefício de Prestação Continuada (o BPC) e o abono salarial, eliminando os pisos constitucionais da educação e da saúde, e por aí vai.

A proposta final do ministério da Fazenda, por decisão do presidente Lula, não acatou aquelas loucuras, mas seguiu abordando o chamado sacrifício principalmente pelo lado dos mais pobres, essa grande massa de trabalhadores e trabalhadoras deserdados. Os trabalhadores e as trabalhadoras, incluída a imensa maioria do povo pobre, foram os mais sacrificados no pacote do ministério da Fazenda tanto no salário mínimo quanto nas aposentadorias e pensões, no BPC e no abono salarial. Antes de pensar em limitar gastos sociais, o que deveria ser feito seria acabar com o próprio arcabouço.

Diz-se que não teria havido cortes, mas apenas limitado seu crescimento real, enquadrando o salário mínimo nos limites draconia-

nos do arcabouço. O salário mínimo, que era reajustado nos períodos Lula I e II pelo IPCA do ano anterior mais o crescimento do PIB de dois anos antes, medida que havia retornado em Lula III, passaria a ser enquadrado nas regras do arcabouço. Seguiria sendo reajustado pelo IPCA mais o incremento do PIB, mas essa taxa seria limitada a 2,5% ao ano. Isto é, se o PIB neste ano crescer acima de 3%, como acredita o ministro Fernando Haddad, os trabalhadores teriam um aumento real de, no máximo, 2,5% daqui a dois anos, o que levaria algumas décadas para atingir o mínimo necessário conforme o salário mínimo necessário do DIEESE. Cálculos de Pedro Rossi dão conta de que, se as regras do pacote estivessem vigendo desde 2003, o salário mínimo estaria 25% abaixo de seu nível atual. Reforçando esses dados, o documento da Fazenda indica que o montante do valor surrupiado por meio dessa medida contra o salário mínimo seria de R\$ 109,8 bilhões nos próximos seis anos, incluindo seu impacto em outras rubricas, de um montante total de R\$ 327 bilhões, ou seja, 35,9%. Isso é ou não um violento corte?

Ocorre que as aposentadorias e pensões e o BPC (que atende a idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência de baixa renda) têm seu reajuste anual condicionado ao salário mínimo. Portanto, também se submeteriam às regras do arcabouço. O mesmo sucede em relação ao abono salarial, que atende aos trabalhadores com carteira

assinada que ganham até dois salários mínimos (hoje R\$ 2.812), que seria fixado em um valor equivalente a dois salários mínimos de 2023, ou seja, R\$ 2.640, e a partir daí experimentaria reajuste apenas pela inflação até atingir, em 2035, 1,5 salário mínimo. Seriam cortados, portanto, do BPC, do Bolsa Família e do abono salarial, pela estimativa do ministério da Fazenda, R\$ 47 bilhões, ou seja, mais 14,3% do total do pacote.

Todas as medidas são contrárias aos interesses dos trabalhadores e do povo mais pobre. E também jogam contra os interesses da indústria, que veria seu mercado interno encolher. Todos concordam que, dadas as elevadas taxas de juros praticadas pelo Banco Central, o que repercute no conjunto das taxas cobradas pelos bancos, o ligeiro crescimento anual (cerca de 3% ao ano) que o PIB vem experimentando se deve, em grande medida, ao mercado criado pelos programas sociais do governo Lula. Assim, os cortes desses programas significarão o encolhimento do mercado interno, prejudicando, em consequência, a nossa indústria.

Continua: <https://horadopovo.com.br/trabalhadores-foram-os-mais-sacrificados-no-pacote-de-haddad-por-nilson-araujo/>

\*Nilson Araújo é economista e dirigente do PCdoB. O título original do artigo é “A Faria Lima insaciável ou os trabalhadores foram os mais sacrificados”

## Brasil corta no social mas paga 869 bi só de juros em 12 meses

Isso não é “problema fiscal”. É pura agiotagem. Só em outubro foram R\$ 111,6 bilhões. Um aumento de 80,3% frente o mesmo mês de 2023, quando o pagamento de juros foi de R\$ 61,9 bilhões. A dívida cresce fundamentalmente por conta dos juros escandalosos

No exato momento em que são divulgados os dados do Banco Central, na sexta-feira (29), dando conta de que o país pagou R\$ 869,3 bilhões só de juros nos últimos 12 meses até o mês de outubro deste ano, o mercado financeiro e seus porta-vozes radicalizam a pressão sobre o governo para que se efetivem cortes mais profundos nos recursos destinados à população mais pobre do país.

Houve um crescimento de R\$ 50 bilhões em relação ao período terminado em setembro, quando a soma dos juros chegou a R\$ 819 bilhões. Só no mês de outubro foram pagos de juros R\$ 111,6 bilhões. Um aumento de 80,3% em comparação com o mesmo mês de 2023, quando o pagamento de juros totalizou R\$ 61,9 bilhões.

A taxa básica de juros reais que o Brasil paga atualmente está entre as três mais altas do mundo. A mídia dos bancos faz um grande estardalhaço de que a dívida pública atingiu a casa de R\$ 7 trilhões. Mas não diz

que isso ocorre centralmente por conta dos juros estratosféricos. A dívida não cresce por conta de investimentos e/ou projetos sociais grandiosos, mas sim pelos juros lunáticos pagos pelo governo por seus títulos.

Fazem esse estardalhaço todo, mas a verdade é que esse valor da dívida pública brasileira é perfeitamente administrável. Desde que, é claro, a taxa de juros não seja este escândalo que é atualmente. A dívida pública dos Estados Unidos, por exemplo, é dezenas de vezes maior do que a dívida do Brasil. Ela está atualmente em US\$ 36 trilhões (R\$ 216 trilhões), ou 122% do PIB americano, enquanto a do Brasil está em R\$ 7,073 trilhões e representa 84,6% do PIB.

Mas, os juros da dívida americana são bem menores do que os praticados pelo Banco Central brasileiro nos últimos tempos. Por isso, o Tesouro Americano gasta proporcionalmente muito menos com juros em relação ao PIB do que o Brasil.

O nosso país está pagando 5,96% do PIB de juros ao ano, enquanto os EUA pagam apenas 3% do PIB de juros. (Veja tabela abaixo)

Reprodução do Valor Econômico

O Japão é outro exemplo desta discrepância, como pode ser observado na tabela acima. Tem uma dívida que é 252% de seu PIB e paga apenas 0,11% deste PIB de juros. A relação dívida/PIB do Brasil está estável e abaixo de um bom número de países. Se for levado em conta a dívida líquida (64% do PIB), a situação é ainda mais estável.

Eles alardeiam uma falsa crise fiscal no país para exigir mais arrocho e cortes sob os recursos da sociedade. E é este arrocho, provido para encher os cofres dos bancos, que está impedindo o país de crescer de forma sustentada e de reduzir a drástica desigualdade social.

Continua: <https://horadopovo.com.br/brasil-corta-no-social-mas-paga-r-869-bilhoes-so-de-juros-em-doze-meses>

Um terço, nada menos que um terço, recai sobre a mudança de regra no reajuste do salário mínimo

Tentar apaziguar um bando de crocodilos, oferecendo carne a eles, não parece um método razoável. Em geral, o efeito desse método somente pode ser o de açular a voracidade dos répteis.

Foi mais ou menos o que tentou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o pacote de cortes anunciado na última semana, em relação aos bancos de Wall Street e suas filiais no Brasil.

No entanto, é mais eficaz apaziguar crocodilos (qual será o coletivo de crocodilos?) com carne, que aplacar agiotas, banqueiros, rentistas, com dinheiro.

Nas Estatísticas Fiscais do Banco Central, divulgadas no último dia 29, sexta-feira, está registrado que o governo pagou aos bancos, nos últimos 12 meses, até outubro, **R\$ 869,3 bilhões** em juros da dívida.

Entretanto, são esses bancos que pressionam por cortes nos gastos públicos, especialmente nos gastos sociais – isto é, nos gastos com os mais pobres, aliás, nos miseráveis gastos com os miseráveis, aqueles que, hoje, superam os personagens de Vitor Hugo, em seu romance de 1862.

Por quê? Porque querem ganhar mais, mais e mais dinheiro – e garantir que seus ganhos estratosféricos e parasitários continuem intocados, enquanto o país, do ponto de vista produtivo, permanece paralisado ou crescendo muito pouco de seu potencial.

A forma de aumentar esses ganhos é, exatamente, diminuir os gastos com o povo.

Por isso eles consideram que esses gastos são “primários”, não-financeiros, por isso podem ser cortados, ao contrário dos gastos financeiros – isto é, dos gastos com juros – que não podem ser nem ao menos tocados, embora o governo tenha meios para tal.

Foi a isso que Haddad cedeu. Sobre as poucas (na verdade, uma: o aumento da alíquota do Imposto de Renda para quem ganha mais de R\$ 50 mil) medidas que atingem os mais ricos, David Deccache tem razão ao comentar que “é aberração taxar ricos para legitimar ataque aos mais pobres”.

A observação de Deccache é, aliás, inteiramente pertinente: “O discurso sempre foi: vamos taxar os mais ricos para dar aos mais pobres. Pela primeira vez na história uma medida propõe taxar os mais ricos para legitimar a redução de direito dos mais pobres. Eu nunca vi isso na minha vida, é uma aberração você falar que vai taxar os mais ricos para poder tirar dos mais pobres”.

Como ele conclui, uma coisa não compensa, em absoluto, a outra. A essência do pacote de Haddad é, realmente, o corte em cima dos mais pobres, dos companheiros atuais de Jean Valjean – isto é, da população brasileira.

Como Haddad justificou o pacote com a maravilhosa situação em que sua política colocou o Brasil (então, para que o pacote?) e chamou os cortes de “medidas de fortalecimento da regra fiscal”, vamos, aqui, rever seus próprios números.

E verdade, antes, caberia perguntar por que o país, que tem uma situação fiscal sólida, exceto pelas sangrias dos juros e das desonerações, precisaria de “medidas de fortalecimento da regra fiscal” às custas dos mais pobres, ou seja, do povo.

Aliás, por que um país como o Brasil necessita de alguma regra fiscal?

Para não mexer nos ganhos dos bancos com juros?

Mas essa é exatamente a questão que Haddad ignora, tanto em seu pronunciamento na TV, quanto na entrevista coletiva, quanto na publicação do Ministério da Fazenda que divulgou.

Os números a seguir são, todos, retirados desse documento, divulgado pelo próprio Ministério da Fazenda, intitulado **“Brasil Mais Forte. Governo Eficiente. País Justo”**.

Haddad propõe um corte – chamar isso de “contenção de gastos” é um eufemismo cínico – de **R\$ 71,9 bilhões** entre 2025 e 2026; e de **R\$**

**327 bilhões** entre 2025 e 2030 (v. página 21 do documento citado).

Vamos desagregar esses dados, também de acordo com o documento do Ministério da Fazenda (as pequenas discrepâncias são consequência de arredondamento nos números).

- a) entre 2025 e 2026:**
- Abono salarial: **R\$ 0,7 bilhão** (1%);
- Fundeb (tempo integral): **R\$ 10,3 bilhões** (14%);
- DRU (prorrogação): **R\$ 7,4 bilhões** (10%);
- Subsídios e subvenções: **R\$ 3,7 bilhões** (5%);
- Fundo do Distrito Federal: **R\$ 2,3 bilhões** (3%);
- Salário mínimo: **R\$ 11,9 bilhões** (16,5%);
- Bolsa Família: **R\$ 5 bilhões** (7%);
- BPC: **R\$ 4 bilhões** (5,6%);
- Lei Aldir Blanc: **R\$ 3 bilhões** (4%);
- Biometria: **R\$ 5 bilhões** (7%);
- Militares: **R\$ 2 bilhões** (2,8%);
- Provimentos e criação de cargos: **R\$ 2 bilhões** (2,8%);
- Emendas: **R\$ 14,4 bilhões** (20%).

É evidente, fora as emendas, quais são as áreas mais atingidas: o salário mínimo e a verba para ensino integral do Fundeb. Como nenhum banqueiro ganha salário mínimo ou tem filho no ensino público integral, é forçoso concluir que são os mais pobres que são os afetados.

Como disse o jornalista Beto Almeida, conselheiro da ABI, diretor da Telesur e fundador do PT, “o resultado do pacote fiscal é a manutenção dos juros altos, dos privilégios fiscais e a redução dos benefícios sociais, incluindo o salário mínimo. O aumento da isenção do IR pode ser feito pela Receita por via administrativa, como no ano passado se fez”.

Mas, vejamos mais alguns números, também retirados do mesmo documento do Ministério da Fazenda:

- b) entre 2025 e 2030:**
- Abono salarial: **R\$ 18,1 bilhões** (5,5%);
- Fundeb (tempo integral): **R\$ 42,3 bilhões** (13%);
- DRU (prorrogação): **R\$ 25,6 bilhões** (7,8%);
- Subsídios e subvenções: **R\$ 12,8 bilhões** (4%);
- Fundo do DF: **R\$ 16 bilhões** (4,8%);
- Salário mínimo: **R\$ 109,8 bilhões** (33,5%);
- Bolsa Família: **R\$ 17 bilhões** (5%);
- BPC: **R\$ 12 bilhões** (3,6%);
- Lei Aldir Blanc: **R\$ 7 bilhões** (2%);
- Biometria: **R\$ 15 bilhões** (4,5%);
- Militares: **R\$ 6 bilhões** (1,8%);
- Provimentos e criação de cargos: **R\$ 6 bilhões** (1,8%);
- Emendas: **R\$ 39,3 bilhões** (12%).

Aqui está mais claro em que constituem os cortes – perdão, o “esforço fiscal” – do sr. Haddad: um terço, nada menos que um terço, recai sobre a mudança de regra no reajuste do salário mínimo.

No entanto, todas as “justificativas” de Haddad são o contrário da realidade. Por exemplo, sua justificativa para cortar o salário mínimo, mudando a regra do reajuste, é “garantir ganhos reais ao salário-mínimo de forma consistente com o orçamento da União. Hoje, muito das despesas primárias da União são indexadas ao salário-mínimo” (v. página 6 do documento citado).

Além da hipocrisia dessa justificativa, por que a União precisa diminuir as “despesas primárias”, cortando o salário mínimo, quando o desequilíbrio é causado, principalmente, pelas transações de dinheiro público aos bancos, sob a forma de juros – **R\$ 869,3 bilhões** nos últimos 12 meses?

A resposta, que Haddad não deu, é evidente: para transferir mais dinheiro aos bancos, sob a forma de juros.

O problema é que depois de ceder de uma maneira tão mesquinha, e tão covarde, os crocodilos do “mercado” vão querer mais.

Aliás, já estão querendo. CARLOS LOPES

Escreva para o HP  
[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HP**  
HORA DO POVO  
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@gmail.com](mailto:inc24agosto@gmail.com)  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**

- Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hpri@oi.com.br](mailto:hpri@oi.com.br)
- Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (061) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)
- Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)
- Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317  
E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)
- Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovo@yahoo.com.br](mailto:horadopovo@yahoo.com.br)
- Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passeagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

SÉRGIO CRUZ





Rovena Rosa/ABR

**Presidente do PT e deputada federal “BC assiste de braços cruzados a especulação do dólar. É crime contra o Brasil”, afirma Gleisi**

A deputada federal Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, denunciou na sexta-feira (29), em suas redes sociais, o crime que está sendo cometido pelo chamado “mercado”, leia-se, meia dúzia de monopólios financeiros, contra o país ao atacar a moeda nacional e fazer disparar o dólar.

Ela chama a atenção também para a sabotagem do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que não está tomando nenhuma providência para conter a especulação cambial em curso.

“O Banco Central de Campos Neto não fez nada para conter a especulação desencadeada desde ontem que já levou o dólar a R\$ 6”, alertou a deputada. A intervenção no câmbio, através de venda de dólares ou operações de swap cambial, é a forma que o Banco Central tem de se defender contra ataques especulativos como o que está ocorrendo contra o país nos últimos dias.

A deputada afirmou que não há motivo para a volatilidade da moeda americana a não ser a ganância dos especuladores. Ela diz que o pretexto usado pelo “mercado” seria a isenção de imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais. “A Fazenda já esclareceu que a isenção de IR até R\$ 5 mil será vinculada à nova alíquota para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês, sem prejuízo para a arrecadação”, disse ela.

A inação do presidente do BC favorece o ataque especulativo que visa chantagear o governo no sentido de elevar os ganhos do setor financeiro em detrimento de mais arrocho e restrições sobre os ombros de trabalhadores e a sociedade. “Era obrigação da ‘autoridade monetária’ intervir no mercado contra a especulação desde seu previsível início, com leilões de swap, exigência de depósitos à vista e outros instrumentos que existem para isso. É um crime contra o país”, denunciou Gleisi.

A deputada cita a campanha de mídia para que o governo aprofunde ainda mais os cortes sociais e aponta que ela defende os mais endinheirados. “Editoriais de hoje (Globo, Folha, Estadão, Valor) criticam em coro a iniciativa de isentar do IR quem ganha até R\$ 5 mil por mês e cobrar de quem ganha mais de R\$ 50 mil e não paga nada. Este é o centro do ataque ensaiado contra Lula e as medidas de contenção de despesas anunciadas ontem”, apontou a parlamentar.

“Como os leões do mercado, que sempre querem mais carne, a mídia acha pouco reduzir R\$ 70 bi em despesas e acha natural a especulação com o dólar, que o BC assiste de braços cruzados, e com os juros futuros”, acrescentou Gleisi.

“Bolsonaro e Guedes passaram 4 anos sem corrigir a tabela do IR, com inflação de 27%, e a mídia se revolta agora com Lula, acusado de “populista”, “eleitoreiro” e “gastador” porque está corrigindo uma enorme injustiça”, denunciou a presidente do PT. “Ora, faça-me o favor... O plano anunciado ontem não é “tímido” nem “insuficiente” e muito menos “pastel de vento”, diz a deputada.

# Exército e FAB rechaçaram golpe que Bolsonaro tramou

Reprodução



**Os então comandantes da Aeronáutica, Baptista Júnior, e do Exército, Freire Gomes Braga Netto aprovou plano de assassinar Lula, Alckmin e Moraes, mostram as investigações**

Mais uma novidade escabrosa pulula do relatório da PF (Polícia Federal), tornado público na terça-feira (26), e revela detalhes sobre o envolvimento do ex-ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, então candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro (PL), nas eleições de 2022, em plano denominado “Punhal Verde Amarelo”.

Esse plano, segundo a investigação da PF, previa o uso de veneno e explosivos com o objetivo de assassinar o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e Alexandre de Moraes, em dezembro de 2022, ainda antes da posse de Lula e Alckmin, na Presidência da República.

Naquele momento, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, era presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

De acordo com o relatório, o plano foi elaborado pelo general Mario Fernandes, 1 dos 4 militares presos na operação Contragolpe, realizada na última semana, pela PF.

**CENTRO**  
O planejamento foi apresentado e validado em reunião crucial realizada, em 12 de novem-

bro de 2022, na residência de Braga Netto. Importante lembrar que Lula e Alckmin já haviam sido eleitos, respectivamente, presidente e vice da República.

Nesse encontro, o ex-ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, então candidato a vice-presidente teria, segundo o relatório da PF, aprovado as ações propostas, que incluíam medidas violentas para tentar impedir a posse do governo eleito, em outubro de 2022, e restringir a atuação do Poder Judiciário.

A PF também aponta que, além de Braga Netto, participaram dessa reunião militares conhecidos como “kids pretos” — denominação dada aos membros das Forças Especiais do Exército.

**PLANEJAMENTO**  
O objetivo da reunião era, conforme o relatório, “apresentar o planejamento das ações clandestinas com o objetivo de dar suporte às medidas necessárias para tentar impedir a posse do governo eleito e restringir o exercício do Poder Judiciário”.

Entre os participantes estavam o tenente-coronel Mauro Cesar Cid, então ajudante de ordens de Bolsonaro, o major Rafael de Oliveira e o tenente-coronel Ferreira Lima.

A presença de Cid,

“lugar-tenente” de Bolsonaro nas articulações golpistas, coloca o então presidente da República no centro das operações, pois o então ajudante de ordens não poderia estar na reunião sem a anuência direta do chefe dele.

Daí impossível imaginar ou alegar que o ex-chefe da Executiva não sabia ou não concordava com a trama golpista e seus objetivos.

A reunião foi descrita pela PF como o momento em que o planejamento foi formalmente apresentado e aprovado por Braga Netto.

**ENVOLVIMENTO**  
O relatório da PF ressalta que o plano “Punhal Verde Amarelo” fazia parte de conjunto de estratégias articuladas por setores do governo e militares alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro para frustrar a transição entre o governo cessante e o eleito, em outubro de 2022.

A violência era vista pelos envolvidos na trama golpista como medida viável para alcançar os objetivos do grupo.

A aprovação desse plano pelo general Braga Netto é ponto central na investigação, pois demonstra o envolvimento direto e ativo dele nas articulações golpistas.

M. V.

## Bolsonaro admite golpe criminoso, mas joga toda culpa nos ‘comparsas de farda’

Bolsonaro arrasou o país, esfolou o povo, torrou as empresas públicas, tirou direitos sociais, estimulou o vírus da Covid e foi derrotado nas urnas pelo povo brasileiro. Mesmo assim, ele não queria largar de jeito nenhum o poder. Tramou um golpe de Estado para impedir a posse do vencedor das eleições — e até matar — Lula e seu vice, Geraldo Alckmin. Até o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, estava em sua mira assassina.

Os comandantes do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Júnior, confirmaram em depoimento à Polícia Federal que receberam a proposta de golpe de Estado diretamente de Jair Bolsonaro e afirmaram que o chefe da Marinha, Almir Garnier Santos, foi o único a se colocar à disposição do então presidente. Freire Gomes não só recusou-se a participar como ameaçou Bolsonaro de prisão. Impedido de dar o gol-

pe fascista pela grande resistência da sociedade, mas, principalmente,

pela recusa do Alto Comando Militar em embarcar em sua aventura antidemocrática, Jair Bolsonaro tenta agora tirar o corpo fora e culpar os generais que o acompanhavam pelos seus crimes. A nova linha de defesa do golpista é de que seriam os militares os beneficiados da operação “Punhal Verde Amarelo”, descoberta pela Polícia Federal e que pretendia matar as autoridades já assinaladas.

A narrativa atual do advogado de defesa do “mitô”, Paulo Amador da Cunha Bueno, de que “quem seria beneficiado seria uma junta criada após a operação Punhal Verde Amarelo” sem Bolsonaro não corresponde à verdade dos fatos. O golpe era para manter Bolsonaro no poder, mesmo tendo perdido as eleições. Ele, portanto, não precisaria participar de junta nenhuma. Não precisava estar na junta arquitetada pelos golpistas, porque, estaria mantido no Planalto mesmo derrotado.

estão sendo abandonados à própria sorte e até acusadas por ele.

A alegação de Cunha Bueno de que “quem seria beneficiado seria uma junta criada após a operação Punhal Verde Amarelo” sem Bolsonaro não corresponde à verdade dos fatos. O golpe era para manter Bolsonaro no poder, mesmo tendo perdido as eleições. Ele, portanto, não precisaria participar de junta nenhuma. Não precisava estar na junta arquitetada pelos golpistas, porque, estaria mantido no Planalto mesmo derrotado.

Ao insistir nessa versão, o advogado deixa claro que Jair Bolsonaro decidiu rifar completamente os seus comparsas do golpe para tentar se livrar sozinho da cadeia. “O que está escrito no arquivo não beneficia o meu cliente”, diz Cunha Bueno. “Quem iria assumir o governo em dando certo esse plano terrível, que nem na Venezuela chegaria a acontecer, não seria o Bolsonaro, seria aquele grupo”, alegou o defensor de Bolsonaro.

“O então comandante do Exército, general Freire Gomes, disse que caso [Bolsonaro] tentasse tal ato ele teria que prender o presidente da República”, relatou o brigadeiro Batista Júnior, comandante da Aeronáutica

O relatório final da Polícia Federal sobre a trama golpista detalha o depoimento de ex-comandantes das Forças Armadas onde eles relataram terem sido apresentados a um plano de golpe pelo então presidente Jair Bolsonaro.

Os depoimentos revelam também a resistência dos comandantes a embarcar na intenção. O ex-comandante da Aeronáutica diz textualmente que se não fosse o general Freire Gomes, então comandante do Exército, o golpe teria se concretizado.

Generais do Exército ouvidos pelo site de notícias G1 esta semana demonstraram perplexidade diante da coordenação dos ataques a integrantes das Forças Armadas, constantes no inquérito tornado público na terça-feira (26).

Segundo esses generais, ficou claro que as ações tinham o mesmo modus operandi: contavam com a participação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, e tinham sinal verde do Palácio do Planalto. Entre as ações coordenadas, segundo a PF, estão a “Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa e Exército Brasileiro”, documento de pressão do alto mando pela adesão ao golpe.

O general Marco Antônio Freire Gomes, ex-Comandante do Exército, afirmou à Polícia Federal que se manifestou contra qualquer ação que impedisse a posse de Lula tanto diante de Bolsonaro como no Ministério da Defesa, em discussões reservadas com generais sobre o assunto. Após a derrota para Lula, Bolsonaro convocou reuniões no Palácio da Alvorada com a presença dos comandantes das Forças Armadas e de Paulo Sérgio Nogueira, então ministro da Defesa.

Assim como Freire Gomes, o tenente-brigadeiro Baptista Jr, que ocupou o cargo de comandante da Aeronáutica, também se colocou contra o golpe de Bolsonaro e afirmou que, se não fosse a recusa do comandante do Exército, o golpe provavelmente teria ocorrido.

“Indagado se o posicionamento do general Freire Gomes foi determinante para que uma minuta do decreto que viabilizasse um golpe de Estado não

## Alexandre de Moraes denuncia “falência total e absoluta” da autorregulação das big techs

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), afirmou que a invasão dos Três Poderes, em Brasília, dia 8 de janeiro de 2023, demonstrou a “total falência” do sistema de autorregulação de todas as big techs.

“É faticamente impossível defender, após o 8 de janeiro, que o sistema de autorregulação funciona. Falência total e absoluta, instrumentalização e, lamentavelmente, parte de convivência [das redes]”, declarou, na quinta-feira (28), durante julgamento sobre a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet pela Suprema Corte.

Ele deu como exemplo a “Festa da Selma”, código usado nas redes sociais, principalmente, em grupos de Whatsapp, por extremistas como chamado para os atos de 2023. A constatação é que os responsáveis pelas plataformas não estão preocupados com a democracia e o Estado de Direito. Deram de ombros para isso.

Moraes disse que, com a declaração, não estava “adiantando seu voto”. O ministro, no entanto, reforçou a opinião de que a autorregulamentação “não funcionou” e teria “se escondido atrás” do artigo 19.

A norma, discutida no plenário da Corte desde a última quarta-feira (27), exige as plataformas provedoras de internet da responsabilidade por conteúdos postados por terceiros, ou seja, os usuários. Para Moraes, este é “o julgamento mais importante do ano”.

Embora tenha negado a an-

fosse adiante respondeu que sim; que caso o comandante tivesse anuído, possivelmente a tentativa de Golpe de Estado teria se consumado”, afirmou Baptista Jr.

Ainda de acordo com o depoimento do ex-comandante da Aeronáutica, Bolsonaro teria sido alertado por Freire Gomes que, se continuasse com a tentativa de golpe de Estado, teria que prendê-lo. Os depoimentos dos dois foram decisivos, segundo a PF, para colocar Bolsonaro no centro do golpe que se planejava no Planalto.

“Em uma das reuniões dos comandantes das Forças com o então presidente após o segundo turno das eleições, depois de Jair Bolsonaro aventar a hipótese de atentar contra o regime democrático, por meio de institutos previstos na Constituição (GLO [Garantia da Lei e da Ordem], ou estado de defesa, ou estado de sítio), o então comandante do Exército, general Freire Gomes, disse que caso tentasse tal ato teria que prender o presidente da República”, relatou.

Segundo o inquérito, Bolsonaro apresentou um documento que previa as hipóteses de instaurar Estado de defesa ou de sítio, além de dar início a uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Freire Gomes disse em depoimento que se opôs aos planos golpistas de Bolsonaro. O comandante implicou diretamente o ex-presidente na tentativa de golpe.

“Em outra reunião no Palácio da Alvorada, em data em que não se recorda, o então presidente Jair Bolsonaro apresentou uma versão do documento com a decretação do estado de defesa e a criação da comissão de regularidade eleitoral para “apurar a conformidade e legalidade do processo eleitoral”, diz o registro do depoimento do general Freire Gomes à PF.

Bolsonaro também teria chamado reservadamente no Alvorada o general Estevam Theophilo, comandante do Coter — comando das Operações Terrestres — com o intuito de mostrar o “firme propósito de implementar o que estava escrito”.

O general Theophilo disse que foi à reunião no palácio a mando de Freire Gomes. Contudo, Freire Gomes desmentiu essa informação e disse que a ordem não partiu dele.

## Alexandre de Moraes denuncia “falência total e absoluta” da autorregulação das big techs

tecipação do posicionamento que deve adotar, o ministro deu sinais de decisão propensa à inconstitucionalidade da norma.

“O contexto não mudou praticamente nada em relação ao que já vínhamos percebendo dos autos e das manifestações públicas de ministros. Eles parecem bastante inclinados a declarar a inconstitucionalidade ou, pelo menos, considerar alguma questão que esbarra na constitucionalidade do artigo”, disse o advogado especialista em direito digital Marcelo Crespo, coordenador do curso de direito da ESPM.

Na quinta-feira (28), o ministro Dias Toffoli iniciou a leitura do voto dele, mas não o concluiu. Ele é o relator do RE (Recurso Extraordinário) 1037396, que trata do caso de dona de casa que acionou a Justiça contra o Facebook por perfil falso.

Para ele, a previsão de que as redes só tenham responsabilidade civil sobre as publicações após ordem judicial torna o dispositivo “burocrático”. O ministro disse que há obsolescência da normativa, pois há casos em que a burocracia se mantém mesmo depois de algum tipo de determinação da Justiça.

“Toffoli foi bem crítico ao regime de responsabilidade civil do Marco Civil da Internet. Tratou o artigo 19 como uma espécie de reliquia legal. Quando disse que 10 anos de internet são como 1 século, disse que o artigo 10 já estaria obsoleto”, analisa o mestre em Direito por Harvard e pesquisador no ITS Rio (Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro), João Vitor Archegas.

## Aeronáutica lança o VS30, foguete “100% nacional”

A Força Aérea Brasileira (FAB) realizou com sucesso, na sexta-feira (29), o lançamento do foguete 100% nacional VS30 como parte da Operação Potiguar, que busca autonomia e tecnologia para o Programa Espacial Brasileiro.

O lançamento ocorreu no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), no Rio Grande do Norte, por volta das 13h20.

Essa primeira etapa da Operação Potiguar, segundo a FAB, teve como objetivo “treinar a equipe do Centro de Lançamento, assim como verificar equipamentos e processos envolvidos na atividade”. “O foguete de sondagem da FAB é 100% nacional”, destaca nota da FAB.

O foguete VS30 foi lançado com cerca de mil cartas escritas por alunos da rede pública de quatro cidades próximas ao CLBI.

Na segunda fase,

que está programada para 2025, a FAB vai “qualificar o sistema de recuperação da parte superior do veículo, conhecida como plataforma suborbital de microgravidade (PSM)”. É nessa parte que o foguete, que tem vários sistemas eletrônicos, consegue carregar experimentos.

O foguete VS30 tem 8 metros de comprimento e atinge uma altitude máxima de pouco mais de 150 quilômetros, tendo velocidade máxima de 6.000 km/h. Ele é capaz de carregar uma carga útil de até 330 quilos.

O tenente-coronel Fernando César Monteiro Tavares, que coordena a Operação Potiguar, afirmou que os foguetes suborbitais, como é o VS30, “são utilizados para experimentos científicos e tecnológicos voltados às indústrias de fármacos, metalurgia, semicondutores, alimentos e muitas outras”.



# Corte de R\$ 42,3 bilhões no Fundeb ameaça expansão do ensino integral

Promessa eleitoral de Lula, expansão do ensino integral fica fora da prioridade de Fernando Haddad

O pacote fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afeta diretamente o orçamento do Ministério da Educação com a previsão de cortar R\$ 42,3 bilhões da verba destinada ao Fundeb. O corte coloca em xeque uma das principais promessas de campanha do presidente Lula: a expansão do ensino em tempo integral para estudantes do ensino básico brasileiro.

O anúncio de Haddad levanta preocupações sobre o futuro da educação pública e expõe contradições nas prioridades orçamentárias. Segundo o Ministério da Fazenda, os cortes criam um “espaço fiscal no orçamento do MEC” que pode ser utilizado para outros fins, inclusive fora da educação.

Ainda assim, a mudança pode inviabilizar o crescimento do ensino em tempo integral caso o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) não absorva esses gastos. Atualmente, o Fundeb é composto majoritariamente por recursos estaduais e municipais, mas a contribuição federal vem crescendo no fundo, com a previsão de atingir 23% em 2026.

Se aprovado pelo Congresso, o novo arranjo orçamentário tornará o Fundeb a única fonte de financiamento para a expansão do ensino integral, retirando a responsabilidade direta do MEC. Além disso, a proposta elimina a necessidade de manter recursos específicos para o ensino integral no orçamento do MEC, permitindo que sejam remanejados para outras áreas do governo.

Enquanto o governo tenta estabelecer a mudança como uma necessidade fiscal, os impactos potenciais na educação básica colocam em questão o compromisso com uma das promessas mais simbólicas de Lula. A expansão do ensino integral, que poderia transformar a educação pública

brasileira, corre o risco de se tornar mais uma vítima de ajustes orçamentários que desconsideram as reais necessidades da população.

Hoje, o dinheiro do Fundeb já é essencial para o aperfeiçoamento de professores, formação continuada, transporte escolar, compra de materiais e infraestrutura. A alocação desses recursos depende das decisões de prefeitos e governadores, que enfrentam seus próprios desafios financeiros. Caso o Fundeb não consiga absorver os custos adicionais, o ensino integral pode perder R\$ 42,3 bilhões até o ano de 2030.

Haddad defende a medida como uma forma de flexibilizar o orçamento, mas especialistas apontam que essa estratégia dilui a centralização necessária para expandir o ensino integral de maneira coordenada e eficiente. A falta de garantias de que o Fundeb conseguirá suprir a demanda amplia o risco de retrocessos.

Em nota, o Ministério da Fazenda justificou que a abertura fiscal pode ser usada para outros programas do governo. “Como não há necessidade de aportar recursos do Ministério da Educação para a escola em tempo integral, abre-se um espaço fiscal no orçamento do MEC que pode ser futuramente aplicado em outros temas, como o Pé de Meia.”

O programa “Pé de Meia” funciona como uma poupança destinada aos jovens com o objetivo de incentivá-los a concluir os seus estudos. Mas, priorizar o programa, ao invés do Ensino Integral não resolve os desafios estruturais do setor e prejudica o cumprimento de metas educacionais.

A decisão final sobre o pacote de cortes ainda depende do Congresso Nacional, que pode alterar as regras e redistribuir os recursos. No entanto, a falta de detalhamento sobre os projetos anunciados até o momento aumenta as incertezas.

## PM preso por ligação com o PCC era chefe da segurança de Tarcísio de Freitas

A Polícia Federal (PF) prendeu nesta terça-feira (26) um policial militar e um policial civil de São Paulo, suspeitos de integrar um esquema de lavagem de dinheiro ligado ao crime organizado por meio de fintechs. Um dos detidos, o capitão da PM Diogo Costa Cangerana, atuava na Casa Militar do Palácio dos Bandeirantes e era responsável pela segurança do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ele acompanhou o governador em viagens e recebeu prêmios em reconhecimento pelos serviços prestados.

O outro agente preso foi o policial civil Cyllas Salerno Elia Júnior, que atuava no Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) até dezembro de 2022, quando pediu afastamento não remunerado por dois anos. Ambos foram presos no âmbito da Operação Dólar Tai-Pei, deflagrada para investigar as empresas que oferecem serviços financeiros digitais.

Os suspeitos movimentaram perto de 6 bilhões de reais em transações ao longo dos últimos cinco anos – R\$ 800 milhões apenas em 2024. A operação contou com cerca de 200 agentes, que executaram 16 mandados de prisão preventiva e 41 ordens de busca e apreensão, conforme determinação da Justiça Federal.

Cyllas foi citado na delação de Antonio Vinicius Gritzbach, morto no Aeroporto de Guarulhos no dia 8 de novembro. Gritzbach havia denunciado o agente à Corregedoria da Polícia Civil cerca de uma semana antes de ser executado. Cyllas é dono do 2 GO Bank, e suspeito de ter relação com integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), de acordo com a polícia.

A PF investiga se a instituição faria parte de um sofisticado sistema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. As fintechs, aponta a corporação, atuariam na venda de moeda estrangeira em espécie, sem autorização do Banco Central, inclusive usando empresas “laranjas” para abrir contas bancárias para movimentar os recursos.

Em entrevista coletiva nesta

quarta-feira (27), Tarcísio minimizou a prisão do capitão Diogo Costa Cangerana. Para ele, ter na sua na equipe de segurança um suspeito de ligação com uma facção criminosa é um fato isolado. “O que você tem são atos isolados de pessoas que desviam conduta, como tem em qualquer outra organização”, justificou. Apesar de prometer punição rigorosa contra o acusado, o governador justificou que “toda instituição tem suas maças podres”.

As declarações foram feitas após a participação do chefe do Palácio dos Bandeirantes na inauguração do novo prédio de uma escola estadual em Mogi Guaçu (SP).

Embora Cangerana ocupasse, segundo o próprio governo, o cargo de “Chefe de Equipe da Divisão de Segurança de Dignitários do Departamento de Segurança Institucional”, Tarcísio negou que o policial exercesse a função de chefe de sua segurança e acrescentou que ele foi desligado da Casa Militar em setembro. Na ocasião, Cangerana foi transferido para o 13.º Batalhão da PM, responsável pelo patrulhamento da Cracolândia.

“Ele prestava serviço na Casa Militar, estava lá há 14 anos e foi mandado embora”, afirmou o governador. “Trabalhou durante 14 anos (na Casa Militar), com vários governadores. Quando eu cheguei, ele foi embora. Nós tiramos ele em setembro deste ano. Se a gente soubesse de alguma coisa, obviamente ele teria saído há muito mais tempo”, alegou Tarcísio.

Por ter cargo considerado de confiança pelo governador enquanto atuava na Casa Militar, o capitão Diogo recebia gratificações. As investigações apontam sua participação na abertura de contas nessas instituições financeiras.

Apesar de Tarcísio tratar o caso de forma irrelevante e se esforçar para se distanciar da figura do homem apontado como um dos articuladores do esquema financeiro criminoso, Cangerana foi visto ao lado do governador em diversas agendas públicas.



Mudança pode inviabilizar o crescimento do ensino em tempo integral



Eduardo Cunha, autor do projeto, e Caroline de Toni, presidente da CCJ

## Acossado pelos seus crimes contra o país, bolsonarismo desenterra PEC pró-estupradores

Em meio ao relatório da Polícia Federal recheado de provas contundentes de que Jair Bolsonaro e seu círculo íntimo de colaboradores pretendiam dar um golpe de Estado e assassinar Lula, Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes, deputados ligados ao esquema tentaram desviar a atenção da sociedade reapresentando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta de punição às vítimas de estupro.

Já amplamente rejeitada pela sociedade, a proposta, aprovada na CCJ, quer criminalizar mulheres vítimas de estupro que fazem aborto. Este procedimento, nestas circunstâncias, é considerado legal pela legislação brasileira.

As jovens estupradas seriam obrigadas, pela proposta bolsonarista, a levar a gravidez adiante sob pena de prisão. Ou seja, os deputados ligados a Bolsonaro estão claramente agindo em defesa dos estupradores e punido as vítimas de estupro.

Atualmente a legislação brasileira prevê o aborto legal em três situações vividas pela mulher. Quando elas são vítimas de estupro, quando há anencefalia do feto – quando o feto não tem cérebro – ou quando há risco de vida para a mãe. Os grupos fascistas que atuam na Câmara dos Deputados querem derrubar esta lei e proibir qualquer tipo de aborto. Neste caso, os deputados bolsonaristas não estão fazendo outra

coisa que não defender descaradamente os estupradores e perseguir as mulheres vítimas desses criminosos.

O projeto pró-estuprador não tem o menor respeito pela situação de uma mãe com uma criança sem cérebro ou que esteja em risco de vida no parto. Esta aberração é de autoria do ex-deputado federal Eduardo Cunha, cassado por corrupção, formação de quadrilha e desvio de dinheiro público. A PEC foi protocolada em maio de 2012, menos de um mês depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir descriminalizar a interrupção da gravidez quando é constatada anencefalia do feto via laudo médico.

## Cedae privatizada deixa parte do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense

Milhões de pessoas foram afetadas pela falta d'água no Rio de Janeiro e em 7 municípios da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo e Queimados) devido à manutenção anual do sistema feito pelas concessionárias Águas do Rio e Igua Saneamento, que operam a Cedae [Companhia de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro], após a privatização da empresa pelo governador Cláudio Castro.

Como afirmou o prefeito do Rio, Eduardo Paes, “é absolutamente compreensível que o sistema de água da cidade do Rio de Janeiro tenha que passar por sua manutenção anual. Obviamente, ideal seria que isso acontecesse no inverno, mas imagino que existem razões para que não aconteça assim. O que não dá para aceitar é que passadas as 24hs dessa manutenção o abastecimento de água ainda não tenha sido normalizado”.

O prefeito cobrou uma resposta das concessionárias pela demora na normalização e disse que acionou o Procon “para aplicar as devidas punições”.

Além de afetar a popu-



Milhões de pessoas ficaram dias sem água no Rio

lação de maneira geral, a demora no retorno da água – que desde terça-feira (26) até este sábado ainda não foi 100% normalizado – impactou o comércio, hospitais e clínicas, que suspenderam cirurgias, e diversas instituições, como escolas e universidades, que suspenderam as aulas, e até o Tribunal de Justiça do Rio, que trocou o atendimento presencial pelo remoto.

Segundo a Cedae, o retorno da operação foi feito de forma gradativa a pedido das concessionárias, que executavam reparos na rede de distribuição. Logo que foi privatizada, em 2021, as concessionárias que operam a Cedae implementaram diversos PDVs (Plano de Demissão Voluntária), num verdadeiro desmonte da empresa, visando apenas o lucro. O resultado se refletiu no péssimo serviço prestado à população, como constantes interrupções no abastecimento de água, além do aumento exorbitante das tarifas e da falta de saneamento nas áreas pobres e periféricas do Rio e Baixada Fluminense.



Engenheiro e físico Rogério Cerqueira

## Rogério Cerqueira Leite deixa legado em defesa da tecnologia e desenvolvimento do país

Faleceu na madrugada deste domingo (1º), em Campinas (SP), aos 93 anos, o engenheiro e físico Rogério Cerqueira Leite, um dos cientistas mais importantes do país. Ele era professor emérito da Unicamp e Presidente de Honra do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM).

Em nota, o presidente Lula lamentou a morte do cientista. “Rogério Cerqueira Leite foi um dos nossos maiores cientistas e um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa e avanços da ciência no Brasil. Engenheiro e físico, contribuiu ensinando, pesquisando e criando departamentos e centros de pesquisa em diversas universidades brasileiras, em especial na Unicamp”, disse o presidente.

“Foi fundamental para a criação do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, o CNPEM. Teve forte atuação também na formatação e defesa das políticas para ciência e na defesa da democracia, de um estado forte e a favor da justiça social em nosso país”, completou Lula.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) também manifestou “grande pesar” pelo “falecimento do Professor Rogério Cezar Cerqueira Leite, um dos mais importantes cientistas do Brasil. Sua contribuição para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país é imensurável, e seu legado continuará a inspirar gerações de pesquisadores”, afirma o ministério em nota.

Rogério Cezar se graduou em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1958, formou-se Doutor em Física pela Universidade de Paris (Sorbonne) em 1962. Foi pioneiro em diversas áreas do conhecimento, sendo o primeiro no Brasil a utilizar o laser para estudar as propriedades dos materiais. Lecionou em importantes instituições como o ITA e a Unicamp, onde também fundou o Departamento de Física do Estado Sólido e o Instituto de Artes.

De acordo com informações da EPTV, o cientista morreu no Hospital Centro Médico, onde estava internado desde o dia 18 de novembro quando teve uma parada cardíaca.

Além de seu trabalho acadêmico, teve uma forte atuação em diversas entidades científicas, sendo membro de importantes conselhos, como o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Como Presidente de Honra e do Conselho de Administração do CNPEM, contribuiu para o avanço de centros de pesquisa de excelência no Brasil.

Também em nota CNPEM lamentou a morte de Rogério e destacou que o cientista é uma das personalidades centrais para a consolidação e avanço da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. “Teve papel decisivo para viabilizar o projeto e a construção da primeira fonte de luz síncrotron do Hemisfério Sul, que veio a se tornar o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) e o início da criação do CNPEM”, diz a nota.

“Ao defender e influenciar o projeto e a construção da primeira fonte de luz síncrotron do Hemisfério Sul, o Prof. Cerqueira Leite já vislumbrava mais do que o estabelecimento de um grande equipamento de pesquisa no País. [...] seus direcionamentos miraram o fortalecimento da capacitação científica no Brasil, a qualificação de pessoas, a busca por soluções criativas, economicamente viáveis, inovadoras e eficazes, em parceria com a indústria e núcleos de pesquisa nacionais”, ressalta o documento.

O CNPEM afirma que o prof. Cerqueira Leite defendia que o Brasil tem condições de projetar e construir equipamentos científicos competitivos em território nacional, “apesar do ceticismo de parte da comunidade acadêmica e das crises econômicas e políticas”. “Sirius – o novo acelerador de elétrons brasileiro e maior projeto da ciência nacional – de diferentes formas, materializa suas convicções”, diz.

Além da física e engenharia de aceleradores, Rogério endossou a criação de outros Laboratórios Nacionais no CNPEM, apoiando avanços nas áreas de biociências, nanotecnologia e biorrenováveis, bem como idealizou a Escola de Ciência do CNPEM, um curso de bacharel em Ciência e Tecnologia, que adota um modelo educacional inovador e interdisciplinar.



# Centrais: 'Cortes são duro impacto sobre a renda dos mais pobres'

Centrais sindicais protestaram condenando os cortes no abono e no salário mínimo

As centrais sindicais CUT, CTB, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Nova Central dos Trabalhadores (NCST) criticaram medidas que constam na proposta de corte de direitos apresentada por Fernando Haddad, nesta quarta-feira (27). Para as entidades, cortes que atingem a renda dos mais pobres precisam ser revistos.

Em nota conjunta, Força, UGT e Nova Central afirmam que, embora o governo tenha anunciado a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e o aumento da tributação para quem recebe acima de R\$ 50 mil, a limitação para o aumento real do salário mínimo – estipulado com teto de 2,5%, para enquadrá-lo no novo teto de gastos de Haddad – terá um duro impacto sobre a renda dos mais pobres.

“É injusta a proposta de rebaixar de 2 para 1,5 salário-mínimo a faixa salarial de quem tem direito ao abono salarial. E o cálculo que reduz o aumento do salário mínimo também é um ponto sensível que deve ser revisto e debatido com o movimento sindical”, dizem as entidades.

Para as entidades, “corrigir privilégios descabidos torna-se um ato de coragem e ousadia. Mas não podemos permitir que a contrapartida incida sobre o trabalhador e sobre os aposentados. Vamos continuar lutando para que esses, que são a imensa maioria do povo brasileiro, sejam valorizados”, diz o documento.

Para o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, com essas medidas, Haddad está “acendendo uma vela a Deus e outra a Satanás”. Adilson destaca que, em que pese as medidas positivas, o “pacote limita o índice de valorização do

salário-mínimo, reduz o universo dos beneficiários do abono salarial aos que recebem até 1,5 salário-mínimo e também do Benefício de Prestação Continuada [BPC]. Ou seja, tira recursos dos mais pobres para agradar os grandes capitalistas”.

“É preciso acrescentar que, longe de constituir uma ameaça à economia, as políticas de redistribuição da renda a favor dos mais pobres são companheiras do crescimento do PIB e parcerias do desenvolvimento nacional”, disse.

Em nota, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também criticou a mudança da política de valorização do salário mínimo nacional e a “redução do alcance do abono salarial”, considerando “medidas impopulares de cortes que impactam políticas sociais e o povo mais pobre”.

“Para a CUT, é importante que seja revisto o estabelecimento de teto ao aumento real do salário mínimo em 2,5%, pois essa medida reduz o impacto da política de valorização do salário mínimo nacional, que é uma das principais conquistas do movimento sindical e atinge milhões de brasileiros, em especial categorias como rurais, comércio e serviços, que tem como referência o salário mínimo”, afirma a nota.

A Central prossegue afirmando que “da mesma forma, é necessário rever a redução do alcance do abono salarial, ao reduzir o valor de referência, pois este benefício era destinado à parcela dos trabalhadores formais de menores salários, ou seja, os mais pobres”.

A Central também afirma “a necessidade de baixar as extorsivas taxas de juros impostas pelo Banco Central, responsáveis pelo aumento da dívida pública e travas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil”.



Governo anunciou que reajuste do salário mínimo passará a ser limitado



## Decisão do TST que impõe reforma trabalhista a contratos anteriores à lei “é um retrocesso”

Centrais sindicais e sindicatos de trabalhadores reagiram com indignação à decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na última segunda-feira (25), que definiu que as mudanças da reforma trabalhista de 2017 passam a valer também para os contratos de trabalho anteriores a ela.

De acordo com o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, a definição tomada pela instância máxima da Justiça trabalhista representa “um retrocesso” e um “golpe” contra os trabalhadores.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também considera a decisão “um retrocesso social”. A entidade afirma que vai questionar a decisão no próprio TST.

Segundo o julgamento do Tribunal, que terminou com placar de 15 a 10, vencendo o voto do relator e presidente do órgão, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, os empregadores não precisam garantir aos funcionários contratados antes da reforma os direitos que foram extintos pelas mudanças na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que entrou em vigor no governo Temer.

Além da prevalência nos acordos negociados direta-

mente entre patrões e empregados, em detrimento das negociações coletivas, algumas das principais mudanças nos direitos dos trabalhadores a partir da vigência da reforma são a perda da remuneração pelo período de deslocamento ao trabalho (em caso de local de difícil acesso ou não servido por transporte público); flexibilização das regras sobre intervalo dentro da jornada de trabalho; perda de direito à incorporação de gratificação de função, e perda do descanso de 15 minutos para mulheres antes da prestação de horas extras.

Para o presidente da CUT, “a decisão controversa do TST sobre a validade da aplicação da reforma trabalhista aos contratos de trabalho anteriores à sua promulgação, consolida um retrocesso e é mais um golpe contra a nossa sofrida classe trabalhadora”.

Referindo-se ao caso concreto em discussão no TST, o de uma ex-funcionária do setor de abate da JBS em Porto Velho reque-rendo a remuneração pelo tempo em que se deslocava ao trabalho, Adilson afirma que, “no caso específico julgado pelo tribunal do ponto de vista do trabalhador não cabe dúvidas de que no momento em que sai de casa em direção ao trabalho o seu tempo não é mais livre,

foi colocado à disposição do patrão”.

“É lastimável que a maioria do Tribunal Superior do Trabalho tenha optado por este entendimento que sacrifica os interesses e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. A CUT não só lamenta como repudia esta decisão”, disse.

Segundo o advogado da CUT, Ricardo Carneiro, “o julgamento evidencia a falácia amplamente divulgada no momento da edição da lei, de que a dita reforma trabalhista não retiraria direitos dos trabalhadores”.

Ele destaca que o julgamento, “não só retirou direitos, como ofendeu normas legais, constitucionais e pactos internacionais ratificados pelo Brasil, no sentido da impossibilidade do retrocesso social”.

O diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Carlos da Silva Dias, ressalta que “a decisão tomada, infelizmente, só favorece os empregadores, tirando dos trabalhadores o direito que tinham já garantido por acordo ou convenção anteriormente à reforma.”

Conforme Luiz Carlos, a decisão “significa dinheiro no bolso do patrão e menos no bolso do trabalhador, por isso é muito ruim”.



## “Tarcísio subsidia empresas privadas no Metrô, mas quem investe são as públicas”, denuncia Wagner Fajardo

Em entrevista ao HP, Wagner Fajardo, líder dos metroviários de São Paulo, ex-presidente do sindicato e representante eleito dos trabalhadores para o Conselho de Administração do Metrô, declarou que a privatização do transporte público no estado, pretendida pelo governador Tarcísio de Freitas, “não traz nenhuma vantagem, pois todo investimento continua com o Estado e o lucro fica com o concessionário privado”.

“Como o setor privado tem só o interesse pelo lucro, a tendência é a de que ocorra a queda da qualidade do serviço prestado”. E por isso que “na maioria dos países o transporte público é estatal e com altos subsídios”, afirmou.

Segundo Fajardo, “foi o que ocorreu na linha 4 (Luz/Vila Sônia), em que 85% foi de investimento público e a CCR, que ganhou a licitação, entrou com 15%”.

“Além disso, os pseudo prejuízos da pandemia foram remunerados pelo Estado às linhas privadas, enquanto as empresas públicas, Metrô e CPTM, ficaram com a pecha de empresas endividadas e que geraram prejuízos para o Estado”, denunciou.

### EMPRESA PÚBLICA

O sindicalista considera que a sua principal tarefa é defender a empresa pública, combatendo os planos de extinção e de desmonte que estão em curso há alguns anos. “Na minha opinião, devemos lutar por uma justa remuneração pelo serviço prestado à população, garantindo autonomia financeira e administrativa para a contratação de novos funcionários e acabar com o processo de terceirização”.

Segundo Fajardo, “hoje já se paga para as concessionárias privadas uma tarifa muito maior que a paga na bilheteria. Portanto, há um subsídio para as empresas privadas. A empresa pública Metrô, além de não receber nenhum subsídio, tem que sobreviver com a tarifa da bilheteria, insuficiente para seu equilíbrio e remuneração de seus funcionários”.

O conselheiro afirma ainda que “o governo do Estado tem impedido a contratação de novos funcionários, estimulado o processo de terceirização de várias atividades, inclusive no atendimento aos usuários. As bilheterias, que, há alguns anos, eram operadas por funcionários do Metrô, hoje são terceirizadas, mas já temos várias estações onde só se compra o bilhete por máquinas”.

“Tirar os operadores. Isso, além de eliminar postos de trabalho, significa um risco maior para a população usuária”.

Outro alvo são os operadores de trem. O Metrô já anunciou que pretende eliminar a função de Operador de Trem na Linha 15 (Prata – Ipiranga / Cidade Tiradentes), como já funciona na Linha 4, privatizada. Ao colocar as portas nas plataformas das Linhas 2 e 3 (V. Madalena / V. Prudente e Barra Funda / Itaquera), também se planeja tirar os operadores. Além de eliminar postos de trabalho, significa um risco maior para a população usuária.

### PRECARIZAÇÃO

Tudo isso, sem falar nas áreas de manutenção, administração e obras, onde a redução dos funcionários é enorme e substituído por mão de obra terceirizada, que reduz a qualidade do serviço prestado e precariza as condições de trabalho, com salários e jornadas de trabalho aviltantes.

Segundo o representante dos trabalhadores, “há uma onda que é o processo de automação que busca restringir ao máximo o número de funcionários prestando serviço à população”. “Temos uma consigna importante que é ‘transporte não é mercadoria’. A Constituição afirma que o transporte é um direito social e por isso tem que ser garantido à população pelo Estado. E a melhor forma de se garantir um direito universalmente é através do monopólio estatal, onde a prioridade é a prestação do serviço e não o lucro”, considerou.

No Encontro Internacional de Metroviários, neste mês de novembro, realizado em Buenos Aires, “tivemos o relato da resistência da população de Valência na Espanha, que se recusou a entrar em um trem sem operador, obrigando a se retomar a figura do operador por pressão do Sindicato em aliança com o povo. Já em Buenos Aires, a luta dos metroviários, mesmo com o metrô privatizado, conseguiu acabar com todo o trabalho terceirizado e impedir que a automação extinguisse postos de trabalho”.

“Eu acho justo que todos que se beneficiem de uma luta de toda a categoria devam dar sua contribuição para essa luta. Por isso, principalmente nas categorias onde o índice de sindicalização é muito baixo, a contribuição compulsória para todos ajuda a luta dos Sindicatos e garante recursos para essa luta”, asseverou.

“As eleições nos metroviários será no próximo ano. Acredito que o melhor caminho para a categoria seria a composição de todas as forças para lutar contra a privatização no próximo período. No entanto, acho muito difícil que isso se concretize, pois tentamos retomar a proporcionalidade no último Congresso em abril passado. Portanto, vamos buscar nossos aliados e construir um processo que garanta que o Sindicato volte a ter o protagonismo que sempre caracterizou nossa categoria, e que infelizmente está se perdendo por uma política estreita e exclusivista”.

CARLOS PEREIRA







Presidente Bassirou Diomaye Faye, em Dacar

## Presidente do Senegal ordena a retirada de tropas francesas das bases do país

O presidente do Senegal, Bassirou Faye, afirmou que como potência colonialista a França precisa fechar todas as suas bases militares no país e no conjunto da África. Conforme Faye, que assumiu o governo em março, a manutenção desta ocupação é "incompatível" com a soberania do Senegal.

"O Senegal é um país independente, soberano, e a soberania não aceita a presença de bases militares externas", reiterou o líder. Segundo Faye, isso significa abrir caminhos e andar com as próprias pernas sem interferência, mas valorizando as contribuições. "Hoje, a China é nosso maior parceiro comercial em termos de investimento e comércio. A China tem presença militar no Senegal? Não. Isso significa que nossas relações estão cortadas? Não", disse ele.

Reiterando sua autonomia, o presidente senegalês disse que a França continua sendo "parceiro importante" e garantiu que, sempre que respeitem a legislação do país, cidadãos e empresas francesas são bem-vindos.

Em meio aos preparativos da manifestação que lembra o 80º aniversário de uma carnificina promovida pelo exército francês, o líder senegalês defendeu a rica trajetória de lutas do povo africano pela sua sobrevivência.

Recentemente, vários outros países francófonos na África Ocidental e Central, como Mali, Burkina Faso e Níger, expulsaram as tropas francesas de seu território. Somente no Níger, 1.500 soldados de Paris saíram até dezembro de 2023.

Posteriormente, os países africanos recorreram à Rússia, com quem assinaram acordos de segurança.

Fontes francesas disseram que o país vinha sendo forçado agora a reduzir a sua presença militar de outros países africanos – de 1.000 soldados para 300 no Chade; de 600 para 100 na Costa do Marfim e de 350 soldados para 100 no Gabão. Autoridades locais lutam pela retirada completa das tropas.

### MASSACRE DE THIAROYE

Faye disse ter recebido carta de Macron admitindo a culpabilidade francesa pela carnificina de 1º de dezembro de 1944, no acampamento militar de Thiaryoye, vilarejo nos arredores da capital do Senegal, Dacar. "Macron reconhece que foi um massacre, muito claramente, de forma inequívoca", relatou.

Avaliando como "um grande passo" dado pelo líder francês, que também pediu desculpas por não poder comparecer à comemoração do aniversário de 80 anos de Thiaryoye, o presidente senegalês ressaltou que "reconhecer que um massacre foi cometido deve, obviamente, ter o efeito de fazer reparações... pensamos que naturalmente é isso que deve acontecer".

Conforme a historiadora francesa Armelle Mabon, em novembro de 1944, cerca de 1.600 soldados africanos que lutaram pela França foram feitos prisioneiros de guerra pela Alemanha e enviados de volta ao acampamento militar de Thiaryoye.

De acordo com a historiadora francesa Armelle Mabon, assim que chegaram a Thiaryoye, os soldados protestaram contra atrasos nos salários, com alguns se recusando a retornar aos seus países de origem sem suas contribuições. Entre os manifestantes estavam os tirailleurs, atiradores de elite senegaleses.

Diante da reivindicação, os franceses abriram fogo. Apesar dos dados divulgados pelas forças policiais apontarem 35 mortos, várias fontes afirmam que foram mais de 300 os executados.

## Biden aprova contratação de mercenários americanos para intervir na Ucrânia

O governo de Joe Biden, em seu último mês de vida que lhe resta até a posse de Donald Trump, em outra escalada belicista contra a Rússia na Ucrânia autorizou o envio de mercenários norte-americanos ao país. Poucos dias antes ele autorizou o uso de mísseis norte-americanos de longo alcance por Kiev contra alvos em território russo.

"A fim de ajudar a Ucrânia a reparar e manter o equipamento militar fornecido pelos EUA e seus aliados, o DoD (Departamento de Defesa) está solicitando propostas para um pequeno número de empreiteiros [contratados] que ajudarão a Ucrânia a manter assistência que já fornecemos", comunicou o porta-voz do Pentágono.

"Alguns dos equipamentos que os EUA forneceram à Ucrânia – ou fornecerão à Ucrânia nos próximos meses – como os sistemas de defesa aérea F-16 e Patriot, exigem conhecimento técnico específico a serem mantidos."

"Cada contratado, organização ou empresa dos EUA será responsável pela segurança de seus funcionários e será obrigado a incluir planos de mitigação de risco como parte de suas licitações."

"Já existem empreiteiros do governo dos EUA trabalhando na Ucrânia, já que o Departamento de Estado e a USAID contrataram diretamente empresas americanas

para ajudar em uma variedade de tarefas, incluindo ajudar a fortalecer a rede de energia da Ucrânia e fornecer apoio econômico," completou o porta-voz.

Esses "empreiteiros" são uma forma do governo Biden justificar intervenções na região, são em sua maioria cidadãos norte-americanos, postos em uma situação de risco em que podem vir a ser bombardeados por mísseis russos e servir de justificativa para uma campanha midiática para uma escalada ou possivelmente uma guerra direta contra a Rússia.

Aparentemente, a única política que o presidente norte-americano em fim de mandato se importa é manter a continuidade da guerra da Ucrânia a todo custo. Qualquer alternativa diplomática na mente desses neoconservadores americanos seria uma derrota da política externa, mesmo que isso significasse uma escalada para armas nucleares.

Quando Biden permitiu o uso de Kiev o uso de mísseis norte-americanos de longo alcance contra território internacionalmente reconhecido da Rússia, o presidente Vladimir Putin revisou a doutrina de dissuasão nuclear da Rússia para que, caso aconteça a necessidade existencial do uso de armas nucleares, também se tornam alvo os países que empurram e sustentam Kiev, ou seja, os EUA e seus satélites da Otan.

# "Vamos expulsar terroristas de Aleppo" afirma Bashar Al Assad



Defendemos nossa integridade afirma o presidente sírio, Bashar Al Assad

## Criminoso de guerra Bibi Netanyahu acirra o genocídio com bombardeio de hospital em Gaza

As forças de ocupação israelenses realizaram mais três massacres contra famílias da Faixa de Gaza neste sábado (30), em bombardeios que ocasionaram a morte de pelo menos 47 palestinos e ferimentos em outros 108, segundo relatórios médicos.

Autoridades de saúde confirmaram que o número de palestinos que perdeu a vida desde a investida bárbara de Israel, iniciada em outubro de 2023 aumentou para 44.429 vítimas fatais, com mais 105.250 pessoas sofrendo ferimentos, sendo a maioria mulheres e crianças. Conforme as organizações de saúde e direitos humanos, já são mais de 25 mil crianças mortas, mais de 20 mil meninos e meninas amputados e mais de 20 mil órfãos.

No domingo, foi relatado o assassinato de mais sete palestinos – e inúmeros feridos – pelas continuas arremetidas israelenses. Com apoio estadunidense, as tropas de Netanyahu continuam a arrasador edifícios residenciais como parte da sua guerra genocida em curso.

Uma fonte médica informou à agência turca Anadolu que outros quatro palestinos faleceram e muitos sobreviveram com sequelas após os bombardeios de um acampamento em Shaboura, no centro da cidade de Rafah, ao sul de Gaza neste domingo. A mesma fonte acrescentou: "Duas crianças morreram e outros ficaram feridos



Criança palestina ferida pela barbárie de Israel

como resultado da ação de um helicóptero que lançou bombas contra uma tenda de campanha que abrigava pessoas deslocadas no sul da área de Al-Mawasi, a oeste da cidade de Khan Yunis".

### LIMPEZA ÉTNICA

Testemunhas oculares asseguraram que "veículos militares israelenses estacionados a leste de Khan Yunis dispararam projéteis de artilharia contra a cidade de Rafah", numa clara política de limpeza étnica.

No centro da Faixa de Gaza, palestino foi morto num bombardeio que teve como alvo casa nas terras do Mufti [acadêmico islâmico a quem é reconhecida a capacidade de interpretar a lei], ao norte do campo de Nuseirat, declararam médicos.

De acordo com as mesmas

fontes, os serviços de emergência sequer conseguiram se aproximar de muitas das vítimas e que há muitos corpos presos sob os escombros ou espalhados nas estradas do enclave devastado. A falta de apoio é motivada pelas forças de ocupação que também continuam a obstruir o movimento de ambulâncias e equipes de defesa civil, várias delas sendo alvo privilegiados – junto com os jornalistas – das suas balas e bombas.

O chefe da agência da ONU para refugiados palestinos (UNRWA), Philippe Lazzarini, defendeu uma ação emergencial, pois, em média, dez crianças perdem uma ou ambas as pernas todos os dias no enclave.

## Estudantes da Oxford Union aprovam moção condenando genocídio e apartheid de Israel

A Oxford Union, organização dos estudantes da Universidade inglesa de Oxford, fundada em 1823, realizou um prestigiado debate na quinta-feira (28) sob a moção: "Esta casa acredita que Israel é um estado de apartheid responsável por genocídio". A moção foi aprovada com a maioria de 278 a 59.

O debate contou com muitas intervenções que expressaram as polêmicas presentes na sociedade inglesa, com alguns palestrantes sendo interrompidos diversas vezes por estudantes levantando objeções.

Yoseph Haddad, defensor de Israel que provocativamente levantou cartazes durante seu discurso, vestiu uma camiseta com uma foto do líder morto do Hezbollah, Hassan Nasrallah, e a legenda: "Seu herói terrorista está morto! Nós fizemos isso", foi obrigado a deixar o local.

Durante o discurso de Haddad, um estudante palestino que cresceu em Gaza se levantou e afirmou que se sentiu pessoalmente insultado, pedindo a Ebrahim Osman-Mowafy, presidente do fórum, que Haddad fosse do xéu. Haddad respondeu gritando com ele e recebeu um aviso.

O rapaz palestino, que estuda matemática e física, mais tarde fez um discurso improvisado em um intervalo entre os discursos programados denunciando o genocídio.

Outra estudante, uma jovem palestina, também fez



Estudantes de Oxford repudiam massacre de palestinos

um discurso improvisado no qual explicou que era prima de Maisara al-Rayyes, uma médica palestina recentemente assassinada em um ataque aéreo israelense em Gaza.

Ambos os discursos receberam longas ovações. Mas, logo depois, Haddad foi visto provocando, acenando cartazes racistas perto do rosto da jovem, momento em que o líder da organização estudantil ordenou que ele deixasse o local do evento, e ele foi escoltado para fora por dois seguranças enquanto os membros da audiência gritavam "vergonha!", "colaborador" e "idiota".

### HOLOCAUSTO PALESTINO

Ebrahim Osman-Mowafy defendeu a moção homenageando o proeminente acadêmico americano Norman Finkelstein que estava escalado para falar, mas não pôde comparecer.

Referindo-se a Shaban al-Daloum, de 19 anos, que foi queimado vivo em outu-

ro, afirmou que "vamos expulsar terroristas de Aleppo", afirmou o presidente sírio, Bashar Al Assad, neste sábado (1), em conversa telefônica com o presidente dos Emirados Árabes, sheikh Mohammed bin Zayed.

Assad acrescentou que a Síria é "capaz, ainda mais com a ajuda de seus aliados e amigos, de eliminá-los não importa o apoio e a intensidade do seus ataques".

As declarações do presidente sírio foram proferidas depois que o bando terrorista Hayat Tahrir-al-Sham (Frente de Libertação da Síria – HTS, sigla em árabe) – derivativo do famigerado Jabhat al-Nusra – e uma variedade de milícias de mercenários atacaram posições no território sírio (partindo de uma pequena parte da província de Idlib, no norte da Síria, onde permaneceram acantonados desde a pacificação do conjunto da Síria sob a liderança de Bashar Al Assad, em 2020), invadiram algumas aldeias e entraram na vizinha cidade de Aleppo, de onde foram expulsos depois de acirrados combates em 2016.

Em suas declarações deste sábado, o Comando Geral do Exército da Síria retirou suas forças de Aleppo e está se reagrupando e preparando a contra-ofensiva a partir da histórica cidade de Hama, 80 quilômetros ao sul de Aleppo.

Também informa que o governo russo declarou imediato apoio à Síria em sua luta por soberania e integridade territorial e que sua aviação militar está bombardeando posições dos terroristas, tendo já eliminado 600 deles.

### EUA E ISRAEL ENVOLVIDOS

O ministro do Exterior do Irã, Abbas Araghchi, declarou em conversa telefônica com o seu colega russo, Sergei Lavrov que "a ressurgência do terrorismo herege no norte da Síria é parte de projeto americano-israelense que busca espalhar a insegurança na região do Oriente Médio".

"A comunidade internacional tem a responsabilidade de combater este maligno espantalho do terrorismo", acrescentou Araghchi.

Ele prosseguiu, destacando que "o Irã, a Rússia e todos os países da região, em especial os que fazem fronteira com a Síria devem se manter vigilantes e melhorar sua coordenação para aplastar este perigoso complô e se contrapõem às medidas dos terroristas na Síria".

Na mesma conversa, Lavrov informou a Araghchi da situação no terreno e sobre os combates em curso, assim como dos demais acontecimentos na Síria e aproveitou para conclamar a todos os que defendem a soberania e a integridade territorial da Síria a "coordenar seus esforços em medidas de combate ao terrorismo".

"Neste sentido urge manter consultas mais próximas e constantes entre Teerã e Moscou", acrescentou Lavrov.

A tentativa armada de derrubar o governo legítimo de Bashar Al Assad teve início em 2011 e só foi totalmente derrotada em 2020, tendo elementos dos bandos terroristas da época bancados pelos Estados Unidos permanecido alojados em algumas

franjas fronteiriças do país ao norte e ao sul, Terroristas são fomentados e convivem com a presença militar ostensiva de forças norte-americanas que ainda controlam áreas ricas em petróleo que assaltam diariamente.

A luta para vencer os ataques dos bandos terroristas, incluindo aqueles que se filmavam degolando cabeças ou comendo o fígado dos prisioneiros, teve apoio decisivo de combatentes libaneses, iranianos e de militares russos. A barbárie filmada pelos terroristas causou tanto desgaste que alguns dos bandos tiveram que mudar de nome, a exemplo do Al Nusra, para o Hayat Tahrir Al Shams.

### ASSAD

Inconformado com a vitória do resiliente governo de Bashar Al Assad, o regime de Israel anexou as terras sírias do Golã, às quais, em um acesso de puxa-saquismo explícito chamou de "Altos Donald Trump" e manteve bombardeios constantes ao território sírio, em alguns deles atacando embaixada e consulados do Irã.

Também aponta para um complô americano-israelense, como imediatamente afirmou o ministro iraniano, o fato do ataque a Aleppo, a segundo maior cidade síria, ocorrer dias depois de Israel ser obrigada ao cessar-fogo e pouco após a ordem de prisão do TPI contra Netanyahu e Gallant.

Na contra-ofensiva das Forças Armadas Sírias, com apoio da Rússia, já foram mortos 1.000 terroristas nas primeiras 72 horas de combate, afirma o Comando Geral sírio.

A embaixada da Síria em Brasília denunciou em nota que o ataque terrorista de amplo espectro "encabeçado pela 'Frente Al Nusra'/'Forças de Libertação Sírias', que rompeu a trégua em vigor sob o chamado processo de Astana e teve como alvo a cidade de Aleppo e outras localidades, com apoio de milhares de terroristas estrangeiros equipados com armas, drones e 'suporte técnico', não seria possível 'sem o sinal verde de seus patrocinadores' e 'apoio externo multifacetado'".

A nota acrescenta que esse ataque terrorista "coincide, de forma suspeita, com as agressões da entidade israelense contra os territórios da Síria" e se insere "no contexto do plano sionista de espalhar o caos na região e cumprir com os seus objetivos de desestabilizar a sua segurança e estabilidade".

A mensagem da embaixada conclama, ainda, a que "sejam apoiados os esforços do Estado sírio em defender a sua segurança, a sua estabilidade, a defesa de seus cidadãos, a manutenção de sua unidade e integridade territorial e a ampla condenação deste ataque terrorista".

No campo diplomático, Rússia, Irã e China se pronunciaram em defesa da soberania, da unidade e da integridade territorial da Síria. O presidente Vladimir Putin conversou pelo telefone com o presidente iraniano Masoud Pezeshkian, acertando a intensificação do respaldo ao governo Assad.

Rússia e Irã também estão realizando esforços para a reativação do mecanismo de Astana Rússia-Irã-Turquia de apoio à Síria.



# Greve geral na Itália repudia cortes de gastos sociais de Giorgia Meloni



Manifestações em mais de 40 cidades italianas congregaram 500 mil pessoas



“Fomos forçados a usar míssil hipersônico em resposta aos ataques”, diz Putin

## Estreia do míssil hipersônico Oreshnik russo é resposta à escalada insana de Biden na Ucrânia

A provocação, vazada para o The New York Times, de que “autoridades norte-americanas e europeias” estão discutindo a “entrega de armas nucleares” para o regime neonazi de Kiev, teve como resposta a declaração do presidente russo Vladimir Putin, na cúpula da organização de cooperação dos países ex-soviéticos, CSTO, no Cazaquistão, de que “não permitiríamos, usaremos, quero enfatizar, exatamente todos os meios disponíveis à Rússia”.

Na cúpula, Putin também informou aos países membros da CSTO sobre o Oreshnik (Avelã), o míssil hipersônico, que comparou a um “meteorito”, que se desloca a 3 km por segundo, a 4.000 graus centígrados de temperatura, com múltiplos veículos de reentrada com alvo independente (MIRV), que tudo reduz a pó no epicentro do ataque, contra o qual não há defesa, embora sem ser nuclear.

Cuja estreia em grande estilo contra um antigo complexo militar industrial herdado da União Soviética, em Dnipro, causou calafrios nos maníacos de guerra de Washington e da Otan.

Em Astana, Putin revelou, ainda, que a produção do Oreshnik já começou, e esclareceu que a produção de mísseis avançados russos é dez vezes a produção ocidental atualmente, e deverá crescer em torno de 30%.

“Fomos forçados a testá-lo em condições de combate – precisamente fomos forçados, como já disse, em resposta aos ataques de armas ocidentais no território das regiões de Bryansk e Kursk com mísseis ATACMS e Storm Shadow”, destacou o chefe de Estado russo.

A provocação da “entrega de armas nucleares”, que veio a público no dia 21, ecoa a escalada do governo Biden para botar gasolina na fogueira na Ucrânia, quando está a menos de 60 dias de deixar o poder, e inclui a autorização ao regime Zelensky para uso de mísseis dos EUA para ataques profundos dentro da Rússia, uma superpotência nuclear; a liberação da entrega de minas terrestres; e a oficialização, pelo Pentágono, da contratação de ‘empregados’ para operar armas da Otan em território ucraniano.

Além de “rumores” sobre a entrega a Kiev dos mísseis de cruzeiro Tomahawk. E da pressão sobre Kiev para que reduza de 25 anos para 18 anos a idade de convocação para a guerra.

“O que você acha, no nível do bom senso?”, retrucou Putin ao jornalista que lhe fez a pergunta sobre armas nucleares da Otan na Ucrânia, na entrevista coletiva após a cúpula na quinta-feira (28).

“Se o país com o qual estamos essencialmente lutando agora se tornar uma potência nuclear, o que devemos fazer? Nesse caso, tomaremos e usaremos todos, quero enfatizar isso, exatamente todos os meios de derrota disponíveis para a Rússia – tudo. Não permitiremos isso. Vamos observar cada movimento deles”, disse Putin.

A provocação via NYT coincide com o avanço russo ao longo de toda a frente na Ucrânia e colapso perceptível nas hostes ucranianas. O qual, segundo a Reuters, está ocorrendo “na velocidade mais rápida desde o início da guerra”, que está entrando “na sua fase mais perigosa”.

**ENTRE 1,2 MINUTOS E 6,5 MINUTOS**

Publicações ocidentais começaram a fazer as contas sobre quantos minutos levaria para um Oreshnik atingir os principais centros da Otan na Europa. Um jornal russo, de Smolensk, calculou que um míssil Avelã disparado desde o enclave mais ocidental russo, Kaliningrado, voando a Mach 10, Varsóvia em 1 minuto e 21 segundos; Berlim, 2 minutos e 35 segundos; Paris, 6 minutos e 52 segundos; e Londres, 6 minutos e 56 segundos.

A propósito, a Rússia não teria desenvolvido esse míssil se os EUA – justo no primeiro mandato de Trump – não tivesse se retirado unilateralmente do Tratado INF de 1987, que proibia EUA e União Soviética, depois Rússia, de terem e usarem mísseis entre 500 e 5000 km, assinado por Reagan e Gorbachev.

Putin citou estimativas de especialistas militares de que, no caso de uma utilização massiva de Oreshnik, isto é, “um grupo num só ataque”, o seu poder “será comparável ao uso de armas nucleares”.

“Embora o Oreshnik, é claro, não seja uma arma de destruição em massa. Em primeiro lugar, porque – e isto foi confirmado pelo teste de 21 de novembro – estas são armas de alta precisão e, em segundo lugar, e isto é o mais importante, não há carga nuclear e, portanto, não há contaminação nuclear após a sua utilização”, disse o líder russo.

A histeria tem se multiplicado nas hostes imperiais nos

últimos dias, com figuras recordistas em descrédito em seus próprios países, como francês Macron e o britânico Starmer, divagando sobre o envio de tropas à Ucrânia, e com os dois tendo entregado uma centena e meia de missões ao regime neonazi para provocações contra a Rússia.

### “LOUCURA E CATÁSTROFE”

Anteriormente, a porta-voz da chancelaria russa, Maria Zakharova, naquele jeito franco dela, havia considerado a entrega de bombas atômicas ao regime Zelensky como uma “loucura” que levaria o mundo a uma “total catástrofe”.

“Entendemos que isso faz parte de uma campanha de propaganda com componentes políticos”, disse Zakharova, acrescentando, ainda, “e com evidente motor suicida”.

A porta-voz russa lembrou ainda que na conferência de Munique de 2022 Zelensky já havia ameaçado “revisar a renúncia às armas nucleares”, condição formalizada pela Ucrânia ao se tornar um Estado independente no período pós-soviético.

O vice-chanceler russo, Sergei Ryabkov, por sua vez, advertiu que tal passo – a entrega de armas nucleares por Washington ao regime de Kiev – levaria a uma expansão “completamente incontrolável do conflito” e significaria a quebra de todo o sistema na esfera de não proliferação e controle de armas, que ainda está em vigor apesar da política destrutiva dos EUA.

Ele destacou que a paz é inteiramente possível, dentro dos parâmetros já apontados pelo presidente Putin em junho. A saber: retirada completa do Exército ucraniano das repúblicas populares de Donetsk e Lugansk (RPD e RPL) e das regiões de Zaporozhie e Kherson; reconhecimento das realidades territoriais consagradas na Constituição russa; status neutro, não alinhado e não nuclear da Ucrânia – isto é, nada de Otan; desmilitarização e desnazificação da Ucrânia; garantia dos direitos, liberdades e interesses dos cidadãos ucranianos de língua russa; e cancelamento de todas as sanções impostas à Rússia.

**Leia a íntegra no portal da Hora do Povo**

## Manifestações convocadas pelas duas principais centrais sindicais, CGIL e UIL, pararam o país

Em repúdio à proposta de orçamento para 2025 do governo da primeira-ministra fascista Giorgia Meloni, que corta os gastos com a saúde, a educação e os programas sociais, além de espremer os municípios e os servidores públicos, a Itália parou na sexta-feira (29) por oito horas, em greve geral convocada pelas duas principais centrais italianas, a CGIL e a UIL, e por centrais de base, como a Cub.

Manifestações em mais de 40 cidades italianas congregaram 500 mil pessoas. As centrais anunciaram 70% de adesão, incluindo paralisações na Aciaria Itália de Gênova, na Pirelli de Torinese, na Italcementi de Brescia, na Heineken de Taranto, na ISAB de Siracusa e na Electrolux de Pordenone. 108 voos foram cancelados pela Ita (a sucessora da Alitalia, e que deverá se fundir com a Lufthansa).

Servidores públicos denunciaram que os salários estão congelados há anos, enquanto a inflação teve aquele repique decorrente da alta da energia por conta das sanções contra a Rússia. Nos atos dessa sexta-feira, trabalhadores de todas as categorias e também servidores – professores, médicos, enfermeiros, lixeiros e bombeiros.

“A lei orçamental – afirmaram as centrais – não responde às necessidades do país e dos cidadãos e as praças lotadas de hoje demonstraram isso. Aumentar salários e pensões, financiar cuidados de saúde, educação e serviços públicos, investir em políticas industriais são prioridades para os trabalhadores”.

50 mil marcharam em Bolonha, com faixas e bandeiras, 30 mil em Nápoles. Em Roma, uma multidão cantou o “Bella Ciao”. Em Turim, onde foram queimados pôsteres do vice-primeiro-ministro (e antes o perseguidor-mor de imigrantes) Matteo Salvini e da primeira-ministra Meloni, a polícia reprimiu o protesto. Os trabalhadores também encheram a praça em Milão.

“Respondemos aos insultos de Salvini com estas praças plenas e democráticas, que pedem mudanças”, disse em Nápoles, Pierpaolo Bombardieri, secretário-geral da UIL. Tradicionalmente a mais apegada central, a Cisl ficou de fora da greve; está encantada com Meloni e até aderiu aos famigerados “contratos individuais”.

Em Pádua, a secretária da Federação dos Metalúrgicos (Fiom), Michele de Palma, disse em seu discurso que a greve desta sexta-feira foi “de aviso”, chamando a categoria à luta pela renovação do contrato nacional dos metalúrgicos. “Avisei a Federmeccanica e à Assisital”, ela provocou, se referindo à patronal. A Fiom também denunciou o fechamento de duas fábricas, recém anunciado, com quase 2 mil demissões.

Forças da oposição engrossaram os protestos, com a secretária-geral do Partido Democrático, Elly Schlein, defendendo no ato o direito de greve e de manifestação,

## Protestos rechaçam cúpula da Otan em Montreal e exigem fim da agressão a Gaza

Manifestantes em Montreal, no Canadá, se reuniram, sexta-feira passada, 22, em protesto contra a ‘Organização do Tratado do Atlântico Norte’ (OTAN) e em solidariedade ao povo palestino. Uma efígie do primeiro ministro de Israel, o genocida Benjamin Netanyahu, foi queimada durante a manifestação.

A reunião da cúpula da OTAN aconteceu entre 22 e 25 deste mês de novembro. Cerca de 300 delegados de países membros da OTAN se reuniram na cidade canadense para discutir principalmente a escalada da guerra na Ucrânia.

A repressão da polícia canadense caiu em força contra os manifestantes tentando dispersá-los, usando de bombas de efeito moral e prisões. Segundo os organizadores da manifestação que denunciaram a violência policial, quatro pessoas tiveram que ser hospitalizadas.

Na ‘Concordia University’, o maior centro acadêmico do Canadá, manifestantes expressaram seu apoio ao povo

diante do projeto de lei que visa coibir o repúdio ao austericídio que, entre outras arbitrariedades, penaliza o ‘bloqueio de vias’ com dois anos de prisão.

O ex-primeiro-ministro Giuseppe Comte, do Movimento Cinco Estrelas, classificou o orçamento Meloni-Salvini como uma manobra “em nome dos cortes” que deixa “todos insatisfeitos, exceto as indústrias de armamento e os bancos”.

“Há uma emergência salarial, o país vai quebrar”, advertiu o secretário-geral da CGIL, Maurizio Landini, que encabeçou a manifestação em Bolonha. “Os dividendos são recordes, mas impostos só aumentam para empregados e aposentados”.

O prefeito de Nápoles e novo presidente da associação dos municípios italianos, Gaetano Manfredi, tem alertado que a lei de orçamento irá cortar 3,2 bilhões de euros das autoridades locais (2025-2029) e mais 5 bilhões de euros (2030-2037). Sem falar dos 7,7 bilhões de euros em cortes anuais nos ministérios.

O orçamento Meloni-Salvini foi formulado para estar enquadrado no Pacto de Estabilidade da União Europeia, criado supostamente para fazer convergir as políticas fiscais no bloco e deter o descontrolado da dívida, mas na verdade destinado a cortar gastos públicos para liberar – para além do dinheiro sagrado dos especuladores via juros e jogadas com bonds – um maná para o rearmamento europeu e para realimentar o clima de guerra na Europa.

O que, conforme o que foi aprovado no Parlamento Europeu, significa um arrocho com sete anos de duração. Ao sair desse assim chamado estado de infração, a Itália terá que se enquadrar, segundo o jornal Il Manifesto, na obrigação de “manter o seu déficit dentro de 1,5% do PIB. Isto é metade do famoso limite de Maastricht de 3%. Significa corte nos gastos sociais e redução nos investimentos. Tudo isto foi concebido para nos prepararmos para ‘choques inesperados’, como pandemias e guerras. No ponto zero de crescimento isto significa austeridade permanente. E ainda não se fala em reduzir a dívida pública recorde da Itália. Isso também levará a consequências perigosas e sufocantes”.

Ainda segundo Il Manifesto, “a aliança entre Meloni & Co. e a tecnocracia europeia terá um custo muito elevado para os cidadãos italianos. O respeito pelo parâmetro “despesa líquida” implicará cortar mais de doze bilhões de despesas com ministérios e autoridades locais nos próximos anos. Em perspectiva, os municípios e as regiões ficarão de joelhos. Eles não poderão fornecer serviços essenciais ou apoiar o transporte local. Os impostos locais aumentarão, um estado de bem-estar social em desordem irá piorar. A universidade será colocada nas cordas. No setor público, os salários serão congelados e muito mais. Desde que o já modesto “crescimento” não se deteriore. Se isso acontecer, mais terá que ser cortado.”



Porta-voz do Ministério do Exterior da China

## “Todos devem agir para promover um cessar-fogo também em Gaza”, convoca China

“Todas as partes devem trabalhar juntas para promover um cessar-fogo imediato e duradouro em Gaza”, convocou a porta-voz do Ministério de Assuntos Exteriores da China, Mao Ning, assim que foi anunciado o cessar-fogo entre Israel e o Líbano.

“A China dá as boas-vindas ao acordo de trégua entre Israel e o Líbano”, afirmou a nesta quarta-feira Mao Ning, registrando que Pequim tem acompanhado de perto a situação entre Damasco e Tel Aviv e pedido consistentemente a todas as partes que cumpram a Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU.

Enfaticou ainda que a China apoia todos os esforços que contribuem para aliviar as tensões e alcançar a paz, e saúda o cessar-fogo alcançado.

Nas primeiras horas desta quarta-feira, entrou em vigor um cessar-fogo temporário entre Israel e Líbano.

No acordo, as tropas de Israel devem se retirar de todos os pontos onde se acantonou além da fronteira libanesa e o exército libanês se deslocará para o território ao sul do Líbano.

A porta-voz declarou que a China acredita que o fracasso em alcançar um cessar-fogo em Gaza é a causa raiz da turbulência em curso no Oriente Médio.

### PALESTINA DEVE SE TORNAR MEMBRO PLENO DA ONU

Neste sentido, na reunião das Nações Unidas (ONU) realizada na terça-feira (26) para comemorar o Dia Internacional da Solidariedade com o Povo Palestino, o presidente Xi Jinping assegurou que a questão fundamental é implementar a Solução de Dois Estados e promover a solução política da questão da Palestina, estabelecer um Estado palestino independente desfrutando de plena soberania com base nas fronteiras de 1967 e com Jerusalém Oriental como sua capital e garantir o direito do povo palestino à condição de Estado, seu direito à existência e seu direito de retorno.

A China defende que a Palestina deve se tornar um membro pleno da ONU e apoia a convocação de uma conferência de paz internacional mais ampla, com mais poder e mais eficaz, acrescentou Xi.

O presidente assegurou que a China continuará a trabalhar com a comunidade internacional para acabar com a guerra na Faixa de Gaza e parar a matança, apoiar a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) para continuar a fornecer assistência humanitária ao povo de Gaza.

## México repele ameaças de Trump: “Armas ilegais e drogas sintéticas que vêm dos EUA”

“Infelizmente, fornecemos os mortos pelo crime para responder à procura de drogas no seu país”, reagiu a presidente do México, Claudia Sheinbaum, frisando que a abrupta taxação dos produtos mexicanos em 25%, anunciada por Trump, causará uma perda de 400 mil empregos aos EUA.

As recentes ameaças do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor tarifas ao México e ao Canadá caso não freiem o tráfico de drogas e “detenham a invasão” da migração ilegal tiveram uma contundente resposta do governo mexicano.

“Você também deve estar ciente do tráfico ilegal de armas que chega ao meu país vindo dos Estados Unidos. 70% das armas ilegais apreendidas de criminosos no México vêm do seu país. Não produzimos armas, não consumimos drogas sintéticas, infelizmente, fornecemos os mortos pelo crime para responder à procura de drogas no seu país”, reagiu a presidente do México, Claudia Sheinbaum.

A presidente disse que a “epidemia de fentanil” é “um problema de consumo e saúde pública na sociedade dos EUA”, e que o México tem colaborado em combater essa tragédia “por razões humanitárias”. Em 2024, as autoridades mexicanas confiscaram “toneladas” de diferentes drogas e 10.340 armas, além de prender 15.640 pessoas por crimes relacionados ao tráfico. Os “precursores químicos” para a fabricação dessas drogas sintéticas, assinalou Sheinbaum, entram ilegalmente.

Na conferência matutina de terça-feira (26), a presidente alertou ao governo estadunidense que tamanha arrogância e prepotência não encontram espaço em uma mesa de diálogo. “Presidente Trump, não é com ameaças ou tarifas que se abordará o fenômeno da imigração ou o consumo de drogas nos Estados Unidos. A cooperação e a compreensão econômica recíproca são necessárias para enfrentar estes grandes desafios. A uma tarifa virá outra em resposta e assim sucessivamente até colocarmos em risco empresas comuns”, ressaltou.

Sheinbaum lembrou que entre os “principais exportadores do México para os Estados Unidos” estão as montadoras General Motors, Stellantis e Ford, que operam no país há 80 anos. E questionou: “Por que cobrar delas um imposto que as coloca em risco? Isso não é aceitável e causaria aos Estados Unidos e ao México inflação e perda de empregos”.

Como esclareceu o Ministério da Economia do México, esses três grandes consórcios automotivos seriam os que mais se ressentiriam dessa medida, “porque estão entre os principais exportadores do México para os Estados Unidos e, por outro lado, os que mais exportam peças automotivas para o México”. “O que queremos dizer é que as peças automotivas são fabricadas nos EUA e montadas no México, portanto há um duplo impacto”, assegurou.



# A Revolução de 1917 e a construção do sistema socialista - Parte 2

**HP**  
**ESPECIAL**

Continuação da edição anterior

O sistema de duas escalas de preços, aplicado na URSS entre os anos 30 e 65, permitiu a substituição da apropriação privada dos bens produzidos socialmente pela apropriação coletiva. Em outras palavras, iniciou a substituição histórica da produção de “valores de troca” pela produção de “valores de uso”

SÉRGIO CRUZ (\*)

Sob o capitalismo, o preço de qualquer mercadoria é a expressão do valor agregado ao produto e contém o chamado lucro médio, que é formado proporcionalmente à quantidade de capital investido pelo capitalista. E, naturalmente, essa renda vai parar nas mãos do capitalista que é o proprietário dos meios de produção e das mercadorias. Assim como no feudalismo, a renda da terra se dirigia diretamente para a mão de seus proprietários, o lucro, no capitalismo, vai parar nas mãos dos capitalistas, donos das empresas e dos demais meios de produção.

Foi sob Stalin que se pensou numa nova forma histórica concreta de criação e distribuição da renda para o proletariado em aliança com o campesinato, os novos donos dos meios de produção. Percebeu-se que era necessário, para isso, se utilizar de relações monetárias e da circulação de produtos. Era através da troca de produtos que se obteria e se distribuiria a renda social numa sociedade onde os donos dos meios de produção já não eram os capitalistas e sim o proletariado.

## DUAS ESCALAS DE PREÇOS

O modelo econômico pensado e aplicado por Stalin entre os anos 30 e 65 do século XX para eliminar a acumulação privada foi um sistema de preços em duas escalas. Eram dois os principais preços da economia. Os primeiros eram os preços intermediários, ou seja, aqueles ligados ao processo de produção, onde os meios de produção não eram mercadorias, e, portanto, não eram comprados e nem vendidos.

Já a segunda escala era a dos preços praticados na troca regular de produtos para o consumo final da população. Os dois sistemas de preços eram completamente separados sendo que a “economia intermediária”, ligada aos meios de produção, não contava nem mesmo com uma moeda fiduciária. Os equipamentos eram alocados nas empresas diretamente pelo Estado e baseados nas diretrizes do plano econômico.

De que forma o sistema de duas escalas de preços permitia a “transferência” da maior parte do rendimento social precisamente para o bolso do trabalhador comum?

A renda social seria formada no processo de troca, chamado por alguns de “mercado socialista”, existente apenas no setor de consumo da população. Esta renda, obtida com a venda dos produtos finais e o pagamento de um imposto sobre o valor agregado, era totalmente entregue ao Estado. Este passou a transferi-la para os novos donos dos meios de produção através da redução sistemática dos preços do varejo e da criação de um fundo de caráter social para ampliar ininterruptamente o acesso a bens e serviços

gratuitos.

A incorporação do imposto sobre transações nos preços de consumo colocava nas mãos do Estado a renda social produzida no país. Somente através do Estado esta centralização da renda social poderia se dar. Era grande a margem de manobra para aplicar com segurança e determinação a política socialista: em primeiro lugar, baratear aqueles produtos que determinam o nível de vida das massas. A redução dos preços era feita em parte à custa do rendimento líquido centralizado do Estado, o qual era entregue à população precisamente através dessa forma específica.

Uma vez que os artigos de amplo consumo não são mais do que meios de reprodução da força de trabalho, destinados a compensar os seus gastos e a garantir o seu desenvolvimento, resultava então que o rendimento social se formava, de fato, “segundo o trabalho”, proporcionalmente à “alocação” verificada à época de gastos de trabalho vivo.

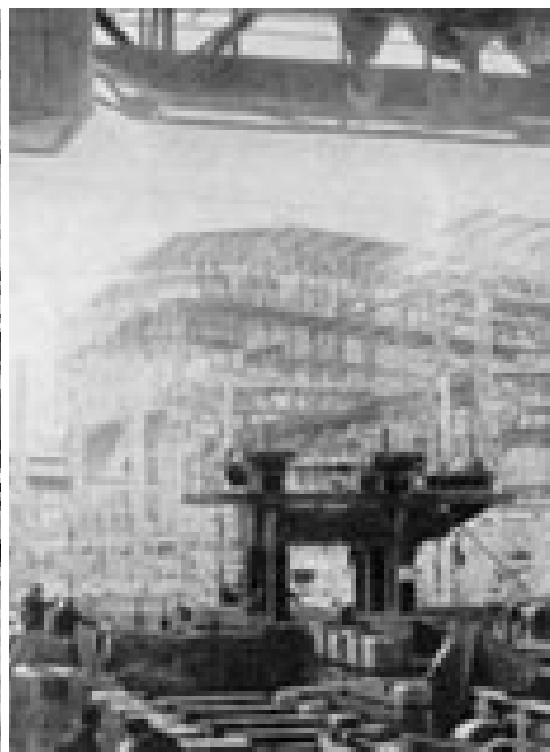
## VALORES DE TROCA E VALORES DE USO

Com a queda dos preços, os salários não perdiam, ao contrário, ganhavam poder de compra. Efetuava-se ainda a transferência da renda através da alocação prioritária e não “residual” de recursos do orçamento do Estado para o financiamento crescente das necessidades sociais, em primeiro lugar, da habitação, saúde, educação, transportes, cultura, etc. Lentamente tinha início o processo histórico de substituição da produção de “valores de troca” pela produção de “valores de uso”.

A transformação socialista da lei do valor se deu a partir de um novo tipo de intercâmbio de produtos. Foi encontrado um mecanismo no qual apenas bens de consumo aparecem como se fossem mercadorias. Tatiana argumenta que é neste mecanismo que se dá a formação de renda correspondente ao socialismo. “É o princípio da distribuição da renda líquida agregada entre os trabalhadores se dava pelo fato deles serem proprietários dos meios de produção socializados”, argumenta.

Tudo isso ocorre já na etapa socialista e não deve ser confundido com o período da transição do capitalismo para o socialismo, onde ainda haviam proprietários privados e também proprietários não totalmente estatais, como os kolkozos no campo, e que, portanto, geravam a circulação mercantil na URSS. Muitos confundiram as condições do período de transição do capitalismo ao socialismo – inclusive a NEP (Nova Política Econômica da década de 20) – com as do socialismo avançado e acharam que, por conta da presença de troca regular de produtos, haveria permanência e até o crescimento do mercado e da troca de mercadorias no período socialista.

O dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), Cláudio Campos, fundador da Hora do Povo, entrou nessa polêmica na década de 90 do século passado, em seus artigos que compõem o



**Nas fotos: Industrialização e modernização do campo após a revolução, e a conversão da indústria para enfrentar a “máquina de guerra” do nazifascismo**

capitalista”. Evidentemente, segundo Cláudio, “por ‘troca socialista regular de produtos’ Lenin não está se referindo a uma circulação mercantil. Não é mercantil, pois é o que ele considera uma ‘troca estatal’, em oposição a uma troca não estatal, capitalista. É uma troca conscientemente regulada pelo Estado socialista, e não anárquica e espontaneamente regulada pelo mercado”.

Cláudio afirma que Lenin defendeu que a “troca de produtos” pode ser considerada uma variante da ‘troca de trabalhos’, a que Marx se refere na Crítica ao Programa de Gotha. Seria como uma característica da primeira fase do socialismo. “Na medida em que os meios de produção fundamentais pertencem ao Estado, tudo o que os camponeses agregarão aos seus produtos será o seu próprio trabalho. E é essa quantidade de trabalho que será levada em conta pelo Estado para fixar as relações de troca entre a indústria e a agricultura”.

“Não nos esqueçamos de que, ao contrário do que afirmam os sofismas hoje em moda, as ‘trocas de trabalho’, no socialismo, na primeira fase da sociedade comunista, segundo Marx, são feitas também pelo princípio do equivalente, isto é, ‘a mesma quantidade de trabalho que (cada trabalhador) deu à sociedade sob uma forma, recebe desta sob uma forma diferente’ (Crítica ao Programa de Gotha)”, diz Lenin.

## LEI DO VALOR

“Este é o mesmo princípio da lei do valor, mas não é o valor, porque este, além do princípio da troca pelo equivalente, implica em que o trabalho humano aparece como uma ‘propriedade material atribuída ao produto’”, prossegue Cláudio. Citando Marx: “A mesma quantidade de trabalho que deu à sociedade sob uma forma, recebe-a desta sob uma forma diferente. Aqui impera, evidentemente, o mesmo princípio que regula o intercâmbio de mercadorias, uma vez que este é um intercâmbio de equivalentes. Variaram a forma e o conteúdo, porque sob as novas condições ninguém pode dar senão seu trabalho, e porque, de outra parte, agora nada pode passar a ser propriedade do indivíduo, a não ser os meios individuais de consumo”.

O fato é que, aplicando esses princípios, do avanço sistemático da socialização dos meios de produção, do fim da compra e venda de meios de produção e da força de trabalho, do plano e da distribuição da renda social através das duas escalas de preços e a redução sistemática de preços no varejo e do crescimento do fundo social, Stalin conseguiu construir uma vigorosa economia socialista. As forças produtivas, liberadas pelas novas relações de produção, se desenvolveram aceleradamente. O ódio do imperialismo ao dirigente soviético é proporcional ao tamanho de suas conquistas para o proletariado e para a Humanidade.

(\*) Redator Especial da Hora do Povo e membro do Comitê Central do PCdoB  
Continua na próxima edição

livro “A História Continua”. Cláudio esclareceu que no socialismo já não há a presença do mercado no sentido pleno da palavra. Ele cita Lenin para mostrar que as trocas regulares de produtos, e não de mercadorias, feitas pelas empresas estatais no socialismo – que alguns chamam de mercado socialista – tendem à diminuição sistemática, com o

avanço da sociedade em direção ao comunismo.

## TROCA REGULAR DE PRODUTOS

Diz Cláudio: “Lenin afirmou que quando a grande indústria socialista estivesse em condições de oferecer seus produtos em troca de todos os excedentes produzidos pelos camponeses,

então tanto o imposto em espécie como o seu complemento, a circulação de mercadorias, seria substituída pela troca regular de produtos”. E prossegue: “Notemos que Lenin fala aqui em ‘troca de produtos’ e não troca de ‘mercadorias’. Ele fala em ‘troca socialista’ e não ‘troca de mercadorias’, que ele caracterizou insistentemente como não socialista e sim como